

12 MAR 2013

# FOLHA DE S. PAULO

# Presidente do STF critica bancos por lavagem de dinheiro

Instituições financeiras são lenientes em controle de contas e transferência de valores, diz Joaquim Barbosa

**Ministro questiona tribunais por aplicação da lei e diz ser preciso também avaliar falhas das investigações**

O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Joaquim Barbosa, afirmou ontem que, diante de uma sensação de impunidade, os bancos fazem um “controle leniente” das operações financeiras, o que dificulta o combate à lavagem de dinheiro.

“Enquanto instituições financeiras não visualizarem a possibilidade de serem drasticamente punidas por servirem de meio para ocultação de origem ilícita de valores sob sua responsabilidade, existirá a busca do lucro, visto como combustível sobre o controle leniente que os bancos fazem da abertura de contas e transferências de valores”, disse Barbosa.

Em discurso num seminário promovido pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça), o presidente do STF disse que houve avanços no combate desse crime, mas que ainda é possível identificar “um quadro preocupante” no país.

A Febraban (Federação Brasileira de Bancos) não comentou as declarações.

A lavagem de dinheiro foi um dos temas debatidos no julgamento do mensalão. Ao todo, 21 pessoas foram condenadas pelo crime, entre elas Kátia Rabello, uma das donas do Banco Rural.

O STF concluiu que o Rural ajudou a financiar o mensalão, concedendo empréstimos e permitindo que o dinheiro do esquema fosse distribuído em suas agências sem a identificação dos verdadeiros destinatários.

Os ministros do STF definiram, no julgamento, que para identificar a lavagem era preciso que quem ocultou os recursos tivesse ciência da origem ilícita. Alguns réus foram absolvidos devido à conclusão de que não tinham conhecimento da origem ilegal.

A legislação de lavagem de dinheiro foi alterada em 2012 na tentativa de tornar mais eficiente o combate ao crime.

Qualquer movimentação para ocultar recursos passou a ser caracterizada como infração penal, com 3 a 10 anos de prisão. Antes, era preciso associar lavagem a outro crime, como tráfico de drogas.

Joaquim Barbosa também questionou ontem a atuação de tribunais na aplicação da lei e afirmou que é preciso avaliar ainda se não há problemas de investigação.

“O número de inquéritos arquivados, quando comparado ao número de denúncias aceitas, indica que é necessária apuração para saber se as discrepâncias estão na deficiência da investigação ou no trabalho do Ministério Público”, afirmou Barbosa.

Ele citou a Justiça de São Paulo —que registrou 78 processos sobre lavagem, mas nenhuma condenação por esse crime em 2011 e 2012.

Em 2012, os Estados receberam 347 denúncias do Ministério Público por esse crime —190 acabaram arquivadas. Foram julgados 61 processos e 29 pessoas foram condenadas.

**“Enquanto instituições financeiras não visualizarem a possibilidade de serem drasticamente punidas por servirem de meio para ocultação de origem ilícita de valores, existirá a busca do lucro**

JOAQUIM BARBOSA

## ‘Endurecimento da lei’ de lavagem de dinheiro corre o risco de sair pela culatra

No Brasil é costume dizer que muitas leis, embora vigentes, não são aplicadas. A Lei de Lavagem de Dinheiro, de 1998, confirma o dito popular. Seu fracasso foi de tal ordem que em 2002 foi criada uma Comissão para estudar e propor soluções para os problemas que impediam a punição desses crimes.

Passados dez anos, o presidente da Suprema Corte, ministro Joaquim Barbosa, faz constatação similar; entende que os bancos têm controle leniente no combate ao crime de lavagem e que pode haver problemas nas polícias e no Ministério Público.

A crise do combate à lavagem de dinheiro é maior. A raiz do problema está na falta de compreensão do conceito do crime. Lavagem de dinheiro é uma operação complexa, que tem por objetivo dar aparência lícita a bens, direitos ou valores provenientes de crimes. O grande desafio é descobrir valores declarados às autoridades mediante fraude que esconde sua verdadeira origem.

No Brasil, no entanto, o conceito foi ignorado, e as autoridades, na maioria das vezes, apuram apenas a ocultação do dinheiro proveniente do crime anterior. Grave erro. A maioria dos criminosos esconde o produto do crime e só a minoria se dedica ao processo de lavagem.

Ao investigar só a ocultação, que muitas vezes não passa de exaurimento da infração anterior, a verdadeira lavagem fica impune, mas as autoridades têm se contentado com investigações simpló-

rias, o que incentiva a impunidade. Não se investiga a fundo porque as polícias, em especial dos Estados, não têm estrutura adequada.

O problema tende a se agravar, com as mudanças trazidas pela nova lei de 2012: antes, só delitos graves poderiam gerar lavagem, mas agora qualquer infração penal é capaz de propiciá-la; se experimentávamos o fracasso com poucos crimes considerados antecedentes, é óbvio que será impossível melhorar o quadro com tal aumento. Perdeu-se o foco. É o típico caso que o “endurecimento da lei” deve sair pela culatra.

CELSO VILARDI é advogado, coordenador do programa de Pós-Graduação em Direito Penal Econômico da Direito GV

### PROCURADORIA PROPOSTA É UM ‘GOLPE MORTAL’, AFIRMA GURGEL

O procurador-geral da República, Roberto Gurgel, disse ontem que a proposta de retirar poder de investigação do Ministério Público é um “golpe mortal” na sociedade brasileira. Em novembro, a Comissão Especial da Câmara dos Deputados aprovou o projeto, que altera a Constituição. A proposta aguarda votação no plenário da Casa.

12 MAR 2013

## FOLHA DE S. PAULO

### PAINEL DO LEITOR

#### Justiça

A **Folha** disse que haverá inspeção explosiva no Tribunal de Justiça de São Paulo (coluna Painei, "Poder", ontem). O termo utilizado dá mostras de um jornalismo irresponsável.

O Tribunal de Justiça não tem nada a esconder e espera o ministro corregedor do Conselho Nacional de Justiça, Francisco Falcão, qualquer que seja o dia, mesmo porque há um cronograma de inspeção nacional a ser cumprido. Aliás, em inspeção anterior, a ministra Eliana Calmon já constatou a lisura e transparência do Tribunal de Justiça de São Paulo. O resto é conversa fiada e apelo para vender jornal.

**IVAN SARTORI**, presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo (São Paulo, SP)

---

11 MAR 2013

# FOLHA DE S. PAULO

## PAINEL

### Nos mínimos detalhes

O corregedor Nacional de Justiça, Francisco Falcão, definiu o cronograma de correições até outubro. Além da prevista ida a Sergipe, em abril, o ministro programou nova e explosiva inspeção em São Paulo. A ideia é que a varredura seja bem mais ampla que a anterior, realizada em julho de 2012 nas unidades administrativas do Tribunal de Justiça. Desta vez, verificará também o funcionamento dos gabinetes e estenderá a apuração a varas da primeira instância, inclusive do interior.

**Nitroglicerina** Desembargadores paulistas estiveram no centro da polêmica com a ex-corregedora Eliana Calmon. Ela chegou a afirmar que a corte era “refratária” ao trabalho do CNJ e “fechada”.

**Calendário** Dia 12, Falcão inicia pente-fino no setor de precatórios no TJ do Ceará. Depois, fará correições em quatro Estados: Bahia, Pará, Paraná e Amazonas.

12 MAR 2013

# FOLHA DE S. PAULO

## Oito são denunciados por morte de pacientes em hospital de Curitiba

Análise dos prontuários concluiu que práticas eram irregulares

ESTELITA HASS CARAZZAI  
DE CURITIBA

Quatro médicos, três enfermeiros e uma fisioterapeuta que trabalhavam na UTI do Hospital Evangélico de Curitiba foram denunciados ontem pelo Ministério Público do Paraná sob acusação de anteciparem mortes de pacientes para liberação de leitos.

Os oito denunciados responderão pelo crime de formação de quadrilha e seis deles pelo de homicídio qualificado. Em caso de condenação, as penas podem chegar a 33 anos de prisão.

A análise dos prontuários por uma junta médica, composta por profissionais do Ministério Público e das secretarias de Saúde de Curitiba e do Paraná, levou o MP a concluir que houve antecipação das mortes por práticas contrárias às recomendações da literatura médica.

A denúncia responsabiliza os acusados por sete mortes, ocorridas entre maio de 2011 e janeiro de 2013.

A promotoria destacou que outros casos continuam em apuração. Pelo menos cem prontuários já foram analisados, dos quais 28 tinham indícios de mortes provocadas.

De acordo com o Ministério Público, os profissionais agiam sob o comando da médica Virgínia Helena Soares de Souza, 56, ex-chefe da UTI,

presa preventivamente.

A promotoria sustenta que ela ordenava a aplicação de bloqueadores neuromusculares ou anestésicos e então diminuía a quantidade de oxigênio dos respiradores, provocando a morte por asfixia.

Todos esses passos, segundo o Ministério Público, estão registrados nos prontuários. "Não havia indicação terapêutica justificada para que os pacientes recebessem esses medicamentos", afirma a promotora Fernanda Garcez.

Dos seis indiciados pela polícia, apenas cinco foram denunciados: a ex-chefe da UTI, os médicos Anderson de Freitas, Edison Anselmo da Silva Junior e Maria Israela

Cortez Boccato, e a enfermeira Laís da Silva Groff. Todos negam as acusações.

A promotoria não ofereceu denúncia contra a médica Krissia Wallbach por não haver elementos suficientes para sustentar uma acusação.

Além deles, os enfermeiros Claudinei Machado Nunes e Patrícia de Goveia Ribeiro e a fisioterapeuta Carmencita Minozzo também foram denunciados, os dois últimos apenas por formação de quadrilha.

As vítimas citadas na denúncia eram pacientes do SUS e de convênios, o que, a princípio, descartaria interesse financeiro. A Justiça terá cinco dias para decidir se acata ou não a denúncia.

---

### > OUTRO LADO <

## Para advogado, polícia errou na apuração do caso

DE CURITIBA

Para o advogado Elias Mattar Assad, que defende a ex-chefe da UTI do Hospital Evangélico, a polícia errou nas investigações e o Ministério Público foi "corporativista" ao fazer a denúncia.

Os advogados de Anderson de Freitas, Edison Anselmo da

Silva Junior, Maria Israela Cortez Boccato e Claudinei Machado Nunes não quiseram se manifestar por não terem tido acesso à denúncia.

Os defensores de Laís da Rosa Groff, Carmencita Minozzo e Patrícia de Goveia Ribeiro não foram localizados.

Procurado, o Hospital Evangélico de Curitiba não se pronunciou sobre a denúncia. Duas acusadas (Carmencita Minozzo e Patrícia Ribeiro) ainda trabalham no local, mas a administração não discutiu se elas serão afastadas.

# 12 MAR 2013

## FOLHA DE S. PAULO

### MÔNICA BERGAMO

#### **MAIS UM**

Pedro Estevam Serrano, advogado e professor de direito constitucional da PUC-SP, tem apoio de setores importantes do PT para a vaga de ministro do STF (Supremo Tribunal Federal). O governo de Dilma Rousseff procura uma “terceira via” entre as duas correntes que já haviam se alinhado com outros candidatos.

#### **CORRENTE**

O desembargador paulista Fausto De Sanctis destoa das entidades de classe que condenaram Joaquim Barbosa, presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), por críticas à magistratura. “O ministro expressou sua percepção do Poder ao qual pertence”, diz. Barbosa afirma que os juizes brasileiros têm mentalidade “pró-impunidade”.

#### **CORRENTE 2**

De Sanctis, que se tornou célebre como juiz ao condenar crimes de colarinho branco, afirma: “O discurso extremado garantista, que não é próprio do ponderado exercício do Poder Judiciário, tem servido de blindagem às elites que se opõem à sujeição igualitária da lei”.

#### **PAINEL**

**Acervo pessoal** A ministra Cármen Lúcia doará sua coleção do jornal “Movimento”, expoente da resistência à ditadura militar, para a biblioteca do Supremo.

# FOLHA DE S. PAULO

# Professor mata a mulher e ganha pensão por morte

12 MAR 2013

Docente da rede estadual de São Paulo confessou ter enforcado a companheira em 2009, dentro de casa

**Mesmo tendo admitido crime, réu recebe benefício do INSS e salário do Estado; defesa não comentou**

FÁBIO TAKAHASHI  
DE SÃO PAULO

Com riqueza de detalhes, o professor de matemática Claudemir Nogueira mostrou à polícia em 2010 como enforcou a mulher com um fio, dentro de casa, em bairro de classe média na zona sul de São Paulo, um ano antes.

À Justiça, manteve o relato. Também admitiu o crime a pedido do governo estadual.

Apesar das confissões a diferentes braços do poder público, Nogueira, 48, recebe mensalmente pensão do INSS pela morte da mulher, que ele assassinou. Só em 2010, foram R\$ 19 mil, segundo documentos obtidos pela **Folha**.

Nogueira também continua recebendo os vencimentos por ser professor da rede estadual, no valor de R\$ 2.509 ao mês. Atualmente, ele trabalha em atividades burocráticas da pasta, após ter sido afastado das salas de aula.

“Você consegue imaginar a nossa revolta?”, afirmou Samiha Tauil, tia da vítima, a fisioterapeuta do Sesi Mônica El Khouri, que tinha 37 anos quando foi assassinada.

“Ele matou a Mônica, confessou em várias instâncias e está nessa situação confortável, com pensão e salário do Estado”, disse Samiha.

Segundo a Promotoria, Nogueira matou a mulher por-

que havia sacado todo o dinheiro dela. Já o professor disse à Justiça que ele perdeu o controle após discussão.

Até o momento, Nogueira não ficou nenhum dia preso, pois não possui antecedentes e não oferece mais risco às investigações, avalia a Justiça.

Ele ainda não foi julgado porque a defesa entrou com pedido para tentar tirar o caso do Tribunal do Júri.

Uma das lutas da família da vítima hoje é cancelar a pensão dada a Nogueira e transferi-la para a mãe de Mônica.

O Ministério da Previdência Social, responsável pelo INSS, e o próprio instituto foram avisados pelos familiares da fisioterapeuta ao menos quatro vezes sobre a situação.

O primeiro protocolo foi feito há mais de dois anos — sem resposta até hoje.

À reportagem, o INSS não explicou o porquê de a pen-

são estar mantida. O Estado disse que o docente responde processo disciplinar, “com amplo direito de defesa”.

Nogueira admitiu o crime também a três médicos peritos do governo estadual.

As declarações foram dadas quando ele pediu licenças, dizendo estar abalado com o crime. Os afastamentos foram aceitos, mas a informação não foi repassada a outras instâncias à época.

A defesa de Nogueira não quis se manifestar à reportagem sobre a situação dele.

Para Marcus Orione, pesquisador da USP em direito previdenciário, o fato de o réu não ter sido condenado o beneficia, ainda que ele tenha confessado o crime.

“Um problema aí é a lentidão da Justiça. Se ele já tivesse sido condenado, por crime de 2009, provavelmente já teria perdido os benefícios.”

## MEMÓRIA

### Docente tentou simular suicídio da companheira

DE SÃO PAULO

Antes de confessar o crime, o docente tentou despistar a polícia, segundo a própria polícia e a Promotoria.

Ele quis simular que Mônica havia se suicidado ou sido vítima de latrocínio. O enforcamento ocorreu na cama do casal, mas ele le-

vou o corpo para a sala. Foi lecionar e enviou mensagens ao celular da vítima.

Desconfiada, a polícia marcou uma reconstituição. Nogueira faltou, alegando que havia sido esfaqueado. Policiais confrontaram a versão dele com imagens de onde teria sido o ataque. Então, ele admitiu o crime. O caso foi revelado pela **Folha**.

Em primeira instância, Nogueira foi condenado por falsa comunicação de crime (pelo ato do dia da reconstituição). Ele recorreu.

CONTINUA

## CRIME SEM CASTIGO

Professor confessa ter assassinado a mulher e recebe pensão pela morte



**MORTE**  
Mônica El Khouri é estrangulada e morta em outubro de 2009, na casa onde vivia com o professor Claudemir Nogueira. O corpo é achado pela mãe de Mônica

## CONTATO

No celular da vítima havia mensagens de Nogueira. Cogita-se as hipóteses de latrocínio ou suicídio. Em abril de 2010, o professor não comparece à reconstituição do crime, alegando ter sido esfaqueado em uma tentativa de roubo



Sandro Castelli



## PENSÃO

Em novembro de 2010, o INSS informa à Justiça que Nogueira recebe pensão pela morte da mulher

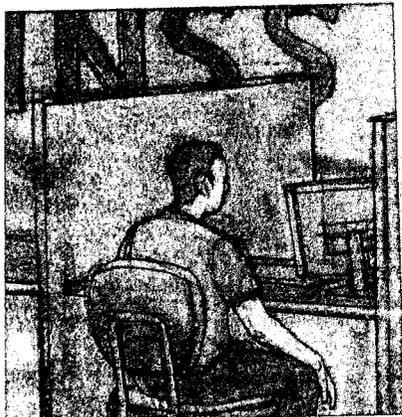
## CONFISSÃO

Em dezembro de 2010, pressionado pela polícia, Nogueira diz que forjou ter sido esfaqueado e confessa ter matado Mônica. Em abril de 2011, o Ministério Público pede a sua condenação



## CANCELAMENTO

Em janeiro de 2011, a família da vítima pede o cancelamento da pensão recebida pelo professor. Não há resposta do INSS. Em março de 2012, ele é transferido para atividades burocráticas pela Secretaria de Educação



## INSS reconhece que pensão não deve ser dada

O INSS reconheceu que, quando a pessoa se beneficia de morte que ela própria cometeu, a pensão não deve ser concedida. O instituto, porém, não explicou por que o professor Claudemir Nogueira recebe o benefício.

Em nota, o INSS disse que “a posição da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS é contrária à concessão do benefício de pensão por morte ao ex-cônjuge responsável pelo óbito do segurado”.

Citou também casos semelhantes julgados pela Justiça, em que o desfecho foi contrário à concessão da pensão.

Questionado pela reportagem por que então Nogueira recebe o benefício, o instituto disse na última quarta-feira que não tinha como responder sem analisar o processo de concessão dele.

A reportagem solicitou que a análise fosse feita, mas não obteve retorno até ontem.

A Secretaria da Educação afirmou que, assim que soube do caso, abriu processo administrativo e disciplinar, “que tramita em sigilo e garante amplo direito à defesa”.

Ao final do processo, “que independe da ação judicial”, Nogueira pode ser demitido a bem do serviço público. Não há previsão para a decisão.

Advogada de Nogueira, Márcia Taschetti disse que não se manifestaria sobre a situação de seu cliente até o julgamento. O professor não foi localizado pela reportagem.

À Justiça, a defesa afirmou que Nogueira cometeu o crime após discussão, em que perdeu o controle. À polícia, o professor disse que quis livrar Mônica de depressão.

A defesa tenta tirar o julgamento do Tribunal do Júri, como determinou em primeira instância a Justiça. Busca ainda afastar qualificadoras, ações que aumentam a pena (motivo torpe, meio cruel, sem chance de defesa).

1 2 MAR 2013

## FOLHA DE S. PAULO

# Bate-boca suspende transmissão de júri de Mizael

Juiz interrompeu divulgação da sessão após discussão entre irmão de Mércia e a defesa

O primeiro dia do julgamento do policial militar aposentado Mizael Bispo de Souza, 43, foi marcado por grande tensão entre defesa e acusação e um bate-boca que culminou na suspensão temporária da transmissão ao vivo.

O réu é acusado de matar a advogada Mércia Nakashima, 28, sua ex-namorada, e de jogar o corpo e o carro dela em uma represa de Nazaré Paulista (a 64 km de São Paulo) em 23 de maio de 2010.

O júri no Fórum de Guarulhos é o primeiro do país a ser transmitido ao vivo por rádios, TVs e internet.

Num depoimento intercalado por choros, o irmão de Mércia, Márcio Nakashima, exaltou-se ao lembrar dos conflitos com o advogado de Mizael, Ivon Ribeiro, na época do crime. Ele foi a primeira testemunha a falar.

“O dr. Ivon chegou a dizer que eu e minha irmã temos uma ficha criminal com mais de 30 páginas. Ele disse que ela era garota de programa, que Mizael a conheceu porque ela fazia programa”, afirmou.

“Me processa”, retrucou Ribeiro, ao gritos.

“Vou te processar mesmo. Vocês são todos iguais. Vocês faltaram com respeito”, disse Márcio, também aos berros.

O juiz Leandro Jorge Bittencourt Cano suspendeu a transmissão e os advertiu. Três minutos depois, a transmissão voltou, mas a tensão persistiu.

Quando a defesa começou a questioná-lo, Márcio incomodou-se com o tom do advogado, que por vezes fazia a mesma pergunta para tentar apontar contradições entre o que ele dizia e o que afirma-

ra em depoimentos anteriores. O juiz então fez nova paralisação do interrogatório.

O clima de tensão entre Márcio e a defesa começou já o início do depoimento, quando ele afirmou que não gostaria de falar na presença de Mizael.

Após protestos dos advogados, que argumentavam que o policial, que também é advogado, ajudaria na própria defesa, Mizael foi retirado do plenário, a pedido do juiz.

Márcio afirmou que Mizael era ciumento e perseguia Mércia. “Ele não aceitava o fim da relação, nunca concordou.”

### ALGA

No final da tarde, foi ouvido o perito biólogo Carlos Eduardo de Mattos Bicuto, que afirmou que a alga achada em um sapato de Mizael é típica da represa de Nazaré Paulista e que ela não poderia se desenvolver em locais como poças d'água, como afirma a defesa.

O engenheiro de telecomunicações Eduardo Amato Tolezani, último a depor, mostrou, com registros telefônicos, que Mizael fez ligações à noite em um local distante do que o GPS de seu carro apontava.

Mizael afirma ter ficado a noite toda no estacionamento do Hospital Geral de Guarulhos com uma prostituta. Para a Promotoria, apenas seu carro ficou lá e ele seguiu para a represa no veículo de Mércia.

O primeiro dia do júri foi encerrado às 20h30.

# FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

NELSON DE SÁ

1 2 MAR 2013

ANÁLISE

## Com foco em si, juiz participa de 'sensacionalismo' que temia

Esperava-se um "reality show" do júri popular que era saudado desde cedo como "o primeiro a ser transmitido ao vivo na história da Justiça brasileira", no dizer da Globo, direto do Fórum de Guarulhos.

E não faltou algum espetáculo, mas só depois de horas e mais horas arrastadas, com a leitura de perguntas sem fim e respostas pausadas do irmão de Mércia Nakashima, por vezes chorando, mas contido.

Para encher o tempo, especialistas eram chamados. Como o advogado que conversou com Fátima Bernardes sobre o eventual "caráter intimidador" das câmeras, mas também elogiando a "transparência".

O temor era quanto à "execração pública" do réu — e ela logo começaria, em manchetes on-line como "Mizael era possessivo" ou "Mizael disse que Mércia encontraria Deus".

No meio do dia, o juiz que autorizara as câmeras anunciou pausa, porque os jurados pediram para "usar o toalete", e instruiu: "Peço que coloquem panos em cima das câmeras". A tela nos sites ficou escura. Vários segundos depois, entraram, amadoristicamente, os dizeres "Fórum de Guarulhos - Intervalo".

César Tralli, na Globo, explicaria depois que aquela primeira transmissão tinha pouco de moderno mesmo. "Não é que o juiz fica lá com um joystick", como num game.

A modorra da cena só foi mudar à tarde, abruptamente. O irmão da vítima bateu boca com um dos advogados, alegando insinuação moral. O juiz suspendeu a transmissão.

Voltou depois, e o julgamento prosseguiu. Porém, quando testemunha e advogado ensaiavam novo embate, ordenou que as perguntas fossem feitas indiretamente, com ele próprio de porta-voz.

Chamando as câmeras para si, o juiz Leandro Cano conseguiu, se não conter o "sensacionalismo" que temia, ao menos participar dele, alcançando a "transparência" que almejava.

12 MAR 2013

FOLHA DE S. PAULO

# Juiz cassa mandato de 'estrela' do PSD de Kassab em SP

Principal nome do partido no interior paulista, Dárcy Vera é acusada de usar servidores na campanha à reeleição

**Prefeita de Ribeirão Preto vai recorrer; ela nega ilegalidades e diz que só houve atuação fora do expediente**

JOÃO ALBERTO PEDRINI  
DE RIBEIRÃO PRETO

A Justiça Eleitoral cassou os mandatos da prefeita de Ribeirão Preto, Dárcy Vera (PSD), e do vice-prefeito, Marinho Sampaio (PMDB), por uso de servidores comissionados na campanha eleitoral que culminou em sua reeleição, em outubro passado.

Primeira mulher a ocupar a Prefeitura de Ribeirão, Dárcy é o principal nome do PSD no interior de São Paulo.

Ela migrou para o partido em outubro de 2011, seis meses depois da criação da legenda por Gilberto Kassab.

A decisão do juiz Héber Mendes Batista, da 108ª Zona Eleitoral de Ribeirão, extingue o diploma de ambos. Como já foram empossados, eles tiveram os mandatos cassados. Cabe recurso.

A decisão foi tomada após ação do Ministério Público, baseada em representação do candidato derrotado Fernando Chiarelli (PT do B).

A prefeita chegou a pedir

para servidores comissionados irem às ruas para fazer campanha. Na ação, são apresentadas várias fotos que mostram funcionários e alguns secretários municipais em campanha por Dárcy.

O juiz descreveu que algumas testemunhas confirmaram ter visto os servidores pedindo voto para a prefeita.

Uma disse que "era comum estacionar uma Kombi da coligação [de Dárcy na sede da Guarda Municipal] com material de campanha", sempre junto com servidores.

Dárcy e Marinho ainda foram multados em R\$ 50 mil cada um e proibidos de se

candidatar por oito anos a partir da data do segundo turno da eleição municipal.

Assim, se a decisão for mantida nas instâncias superiores, só poderão disputar eleições após 2020.

A prefeita foi reeleita com 51,97% dos votos válidos, no segundo turno contra o deputado federal Antonio Duarte Nogueira Junior (PSDB).

## OUTRO LADO

Dárcy sempre negou irregularidades no caso. Segundo seus defensores, os servidores comissionados que fizeram campanha para a prefeita foram para as ruas fora do horário de expediente.

Ela declarou: "Estou tranquila. Não cometemos nenhuma ilegalidade. A legislação eleitoral foi respeitada".

Os advogados de Dárcy informaram que vão recorrer da decisão. Ele não souberam dizer se ela poderá recorrer da decisão no cargo. O presidente do PSD, Gilberto Kassab, disse que o partido "confia na gestão e na correção da campanha da prefeita Dárcy Vera. E também reitera a sua confiança na Justiça".

À Folha o Tribunal Regional Eleitoral disse que Dárcy terá três dias após a publicação da decisão para pedir liminar para seguir no cargo.

**“ Os fatos são indubitavelmente graves**

HÉBER MENDES BATISTA  
juiz eleitoral

**Estou tranquila. Não cometemos nenhuma ilegalidade. A legislação eleitoral foi respeitada**

DÁRCY VERA (PSD)  
prefeita de Ribeirão Preto

12 MAR 2013

# FOLHA DE S. PAULO

## Indefinição da Justiça sobre royalties pode afetar leilões da ANP

“A indústria está muito preocupada”, diz João Carlos de Luca, presidente do Instituto Brasileiro do Petróleo

**A situação pode se agravar hoje se a Assembleia do Rio derrubar veto à criação de uma nova taxa**

DO RIO

A decisão do governo do Rio de recorrer ao Supremo Tribunal Federal para barrar mudanças na distribuição dos royalties do petróleo e a possibilidade de criação no Estado de uma taxa a ser paga por empresas do setor podem prejudicar os leilões da Agência Nacional do Petróleo em maio e novembro.

A indefinição preocupa o setor, envolvido no momento no cálculo das propostas a serem apresentadas nos leilões para a concessão de novas áreas de exploração. A percepção das empresas é que, sem regras estabelecidas, seu risco aumenta.

“A indústria está muito preocupada com a discussão, que pode atingir a estabilidade regulatória e causar insegurança jurídica”, diz João Carlos de Luca, presidente do Instituto Brasileiro do Petróleo. Este cenário, avalia, prejudica investimentos e o interesse na licitação da ANP.

“Tem muita incerteza para

o investidor, o que pode prejudicar o interesse das empresas na próxima rodada [marcada para maio]”, diz Luca.

Para o advogado Luiz Antonio Lemos, do escritório Villemor Amaral, a situação afasta investidores, pois dificulta o cálculo de riscos de projetos da indústria. “Há um elevado grau de incerteza que leva as empresas a perderem parâmetros”, disse.

A situação pode se agravar hoje se a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro derrubar o veto do governador Sérgio Cabral (PMDB) ao projeto que cria uma taxa de fiscalização às empresas de petróleo que operam no Estado.

Há ainda projetos em tra-

**“A indústria está muito preocupada com a discussão, que pode atingir a estabilidade regulatória e causar insegurança jurídica**

**Tem muita incerteza para o investidor, o que pode prejudicar**

JOÃO CARLOS DE LUCA  
presidente do Instituto Brasileiro  
do Petróleo

mitação com objetivo de mudar a base de cobrança de ICMS do petróleo, atualmente cobrado no lugar de destino e não no de origem — o produto é o único que tem esse regime diferenciado.

O vice-governador do Rio, Luiz Fernando Pezão (PMDB), disse que é preciso ter “calma” para discutir a criação de novas fontes de receita.

O governo estadual estima perder até R\$ 4 bilhões em arrecadação este ano devido às mudanças nos royalties.

Segundo Pezão, se o STF não derrubar a decisão do Congresso, “por baixo” 20 municípios fluminenses caminham para a insolvência.

Alunos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro disseram ontem que o pagamento das bolsas de fevereiro de alunos cotistas não foi feito.

O reitor da universidade, Ricardo Vieiralves disse que a instituição está com os empenhos bloqueados por causa do congelamento das finanças estaduais ordenado pelo governador Sérgio Cabral. A Secretaria de Ciência e Tecnologia, a qual a UERJ é vinculada, informou que não houve suspensão do pagamento, mas sim um atraso, e que a situação será regularizada.

12 MAR 2013

FOLHA DE S. PAULO

# Ações contra Cacciola fazem Brasil renovar pedido de extradição

Extradição dada por Mônaco em 2008 era específica para um único processo, mas ele responde a outros

**Para advogado, medida será inócua: 'Houve acordo entre os países para que ficasse restrito àquele processo'**

O Ministério da Justiça envia nos próximos dias à Justiça de Mônaco um pedido de "extensão da extradição" do ex-banqueiro Salvatore Cacciola, para que outros processos contra ele possam prosseguir na Justiça brasileira.

A medida é necessária porque a extradição de Cacciola concedida em 2008 era específica para um só processo, no qual ele foi condenado em 2005 a 13 anos de prisão por peculato e gestão fraudulenta. Mas existem outras ações envolvendo o italiano.

O pedido da "extensão de extradição" foi feito pela Justiça Federal de Brasília, onde corre ação penal em que ele é acusado de uso de documento falso, falsificação de documento particular e falsidade ideológica. O processo só irá continuar caso a Justiça de Mônaco autorize o aumento da extradição.

"Esses casos têm de andar com celeridade para que os processos tenham continuidade", diz Izaura Soares, diretora do Departamento de Estrangeiros do ministério.

Cacciola deixou o país após um habeas corpus do STF em 2000 e foi localizado em Mônaco em 2007. Ficou na penitenciária de Bangu de 2008 até agosto de 2011, quando passou ao regime semiaberto. Em abril de 2012 recebeu indulto da Justiça, que considerou sua pena cumprida.

Para o advogado de Cacciola, Carlos Ely Eluf, a medida não terá efeito: "Quando houve a extradição houve acordo entre os países para que ficasse restrito àquele processo".

12 MAR 2013

GAZETA DO POVO

# INSS não incide mais em férias, diz STJ

## 10% DE "FOLGA"

é quanto a decisão deve dar à folha de pagamento das empresas, segundo os especialistas. É sobre a folha total que incidem os 20% de contribuição patronal ao INSS. Resta saber como os períodos abrangidos pelo julgamento do STJ (salário-maternidade e férias) serão computados para fins de aposentadoria.

Decisão do mês passado, e que vale também para o período de salário-maternidade, mudou um entendimento que predominou por 13 anos na Justiça

■ No fim de fevereiro, o Superior Tribunal de Justiça decidiu que o salário-maternidade e as férias do trabalhador não estão mais sujeitos à cobrança da contribuição previdenciária patronal. A decisão reverteu um entendimento que predominou por, ao menos, 13 anos, e partiu de um caso envolvendo uma funcionária da rede varejista Globex Utilidades S/A, a Ponto Frio.

Segundo a advogada e coordenadora da pós-graduação de Direito Previdenciário da PUCPR, Melissa Follman, a decisão é importante porque passa a considerar que a contribuição só deve incidir sobre dias efetivamente trabalhados. "Tanto no salário maternidade, quanto nas férias a pessoa não estava recebendo valores por-

que estava trabalhando, mas sim porque exercia seu direito ao salário-maternidade ou às férias. Na prática o que acontecia antes era que o trabalhador pagava INSS sobre valores que não representavam dias trabalhados, o que por lei não poderia ser admitido."

No caixa da Ponto Frio, segundo Sandra Comodoro, sócia-diretora do Nelson Wilians & Advogados Associados no Paraná, escritório que representou a ação, a economia provocada pela decisão será de cerca de 12% sobre a folha mensal de pagamentos, que é a base de cálculo da contribuição patronal de 20% ao INSS.

### Na prática

Como por lei a contribuição ainda é obrigatória, as empresas que não quiserem fazer o pagamento sobre salário-maternidade e férias terão de pleitear o direito na Justiça — os recolhimentos de até cinco anos atrás também podem entrar na conta. "Outra possibilidade é que haja alguma pressão no Ministério da Fazenda e no INSS para que a contribuição

deixe de ser cobrada pelos fiscais nos dois casos, mas o mais provável, na minha opinião, é que o tema ainda vá parar no Supremo Tribunal Federal", opina Melissa.

Para a professora, o que deve ser debatido agora é se e como o período de salário-maternidade será computado no tempo de contribuição para a aposentadoria, um direito constitucional. "Em suma, a decisão beneficia no momento de contribuir, mas prejudicará no futuro para a concessão de benefícios como a aposentadoria por tempo de contribuição."

Outra consequência, segundo a presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), Jane Berwanger, são os efeitos na arrecadação. Para ela, o governo já vem desonerando a folha de pagamento de diversos setores como forma de estímulo à economia e essa decisão tende a aumentar ainda mais a renúncia fiscal.

12 MAR 2013

GAZETA DO POVO

# Oito pessoas são denunciadas por mortes na UTI do Evangélico

Acusação do Ministério Público à Justiça aponta a ocorrência de sete homicídios no hospital entre maio de 2011 e janeiro de 2013

O Ministério Público (MP) do Paraná denunciou à Justiça ontem oito pessoas por formação de quadrilha e seis delas por homicídio qualificado de sete pacientes da Unidade de Terapia Intensiva (UTI) geral do Hospital Evangélico de Curitiba. Além da médica Virgínia Helena Soares de Souza, ex-chefe da UTI, foram acusados outros três médicos, três enfermeiros e uma fisioterapeuta. No futuro, outras pessoas podem ser denunciadas. O MP solicitou à Polícia Civil que faça novos inquéritos para averiguar a morte de mais 21 pacientes na UTI, além de outros casos registrados em boletins de ocorrência.

Para os promotores, os sete homicídios, ocorridos entre maio de 2011 e janeiro de 2013, foram duplamente qualificados: pela torpeza do ato (a decisão de decretar a morte de um paciente para fazer "girar" a UTI) e pelo uso de meios que dificultavam que as ví-

timas se defendessem. As investigações mostram que havia um padrão para ocasionar a morte dos pacientes: prescrição de medicamentos bloqueadores neuromusculares, associados a sedativos e analgésicos, seguidos de redução dos parâmetros de oxigênio nos respiradores dos pacientes. Após esse procedimento, diz o MP, as pessoas morriam de asfixia.

"É algo repugnante ao senso comum o fato de se escolher determinado paciente para morrer. É um exercício de onipotência, é brincar de Deus naquele momento", afirmou o promotor de Justiça Paulo Sérgio Markowicz de Lima. Segundo ele, pelo menos até este momento, a investigação não apontou nenhuma motivação econômica para o cometimento dos crimes.

O MP ressaltou que as provas reunidas comprovam a materialidade do crime. Foram usados os prontuários médicos, provas testemunhais e o conteúdo das interceptações telefônicas autorizadas pela Justiça. "O artigo 167 do Código de Processo Penal permite a comprovação

da materialidade indireta dos crimes, principalmente naqueles que não deixam vestígios", explicou a promotora de Justiça Fernanda Garcez.

Segundo ela, as mortes ocorridas na UTI se enquadram nesse ponto. "É um crime que não deixa vestígios. Por isso foi descartada a exumação desses cadáveres, pois seria uma prova inconclusiva."

Dentre os prontuários analisados, a promotora disse que dois continham indicação terapêutica para uso dos medicamentos, mas nos outros não havia nenhuma explicação para o uso deles. "E temos testemunhas de que os padrões de ventilação foram reduzidos justamente no momento em que a pessoa precisava de suportes respiratórios."

A denúncia do MP foi protocolada na Vara de Inquéritos Penais. Após a distribuição da peça, o juiz terá prazo até o início da semana que vem para decidir se acolhe a denúncia. Nesse caso, os acusados se tornam réus no processo penal e começa a fase de produção de provas e oitiva de testemunhas.

## Outro lado

O advogado de Virgínia, Elias Mattar Assad, criticou a denúncia e voltou a apontar a falta de provas contra sua cliente. Ele diz que os prontuários mostram apenas atos médicos e nada mais.

**CONTINUA**

# 12 MAR 2013

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

### DETALHES

Na denúncia encaminhada à Justiça, o Ministério Público descreve como ocorreram as sete mortes investigadas:

#### Modus operandi

Por iniciativa da chefe da UTI, Virgínia Helena Soares de Souza, ou por orientação dela, determinados pacientes recebiam medicamentos seguidos do rebaixamento dos parâmetros ventilatórios:

#### Remédios

Os medicamentos usados eram geralmente o bloqueador neuromuscular pancurônio (Pavulon), ou às vezes dibesilato de atracurium (Tracrium), conjugados com fármacos anestésicos como propofol (Diprivan), cloridrato de cetamina (Ketalar) e tiopental sódico (Thionembutal), sedativos como midazolam (Dormonid) e analgésicos como citrato de fentanila (Fentanil). Em regra, eram ministrados pelos enfermeiros denunciados e, às vezes, pelos próprios médicos. Em todos os casos analisados, os medicamentos Pavulon (pancurônio) ou Tracrium (dibesilato de atracurium) eram ministrados mesmo quando não havia justificativa terapêutica registrada no prontuário médico.

### Acusação formal exclui médica indiciada

A médica Krissia Wallbach, que havia sido indiciada anteriormente pela polícia, não foi denunciada pelo Ministério Público. Segundo a promotora de Justiça Fernanda Garcez, não foi detectada relação entre a atuação dela e as sete mortes denunciadas. “Isso não significa que a participação dela ou de qualquer outro médico seja descartada”, disse.

A médica Virgínia Souza

#### Mortes

Segundo a denúncia, esses remédios causavam paralisia neuromuscular nas vítimas. Depois, era reduzida a ventilação mecânica, levando os pacientes à morte por asfixia.

#### O caso

A investigação policial teve início há aproximadamente um ano, após denúncia anônima feita à Ouvidoria Geral. O caso veio à tona em 19 de fevereiro, com a prisão de Virgínia Souza. Depois foram detidos os médico Anderson de Freitas, Edison Anselmo da Silva Júnior e Maria Israela Cortez Boccato, e as enfermeiras Laís da Rosa Groff e Patrícia Cristina de Goveia Ribeiro.

foi acusada pelo MP por sete homicídios duplamente qualificados; o médico Anderson de Freitas, por dois homicídios; os médicos Edison Anselmo da Silva Júnior e Maria Israela Cortez Boccato e as enfermeiras Laís da Rosa Groff e Patrícia Cristina de Goveia Ribeiro, por um homicídio cada um.

A fisioterapeuta Carmencita Emília Minozzo e o enfermeiro Claudinei Machado Nunes não foram acusados por nenhuma morte, mas por formação de quadrilha, assim como todo o grupo. Esses três últimos não haviam sido citados no inquérito da Polícia Civil.

12 MAR 2013

GAZETA DO POVO

# Paraná tem um PM para 669 habitantes

Média de habitantes por policial militar no Paraná é a segunda pior do país. Estado perde mais policiais do que contrata

■ Mesmo com a recente formação de 1.878 policiais militares, o Paraná tem a segunda pior proporção de habitantes por PM do país, à frente apenas do Maranhão. São 669 paranaenses para cada policial militar contra uma média de 839 do estado nordestino (veja infográfico). O Brasil tem, atualmente, um PM para cada 455 cidadãos. O baixo número de policiais em atividade é mais um obstáculo para o governo no esforço para reduzir a criminalidade no estado.

Hoje, o efetivo total do Paraná é de 15.792 policiais militares. A corporação ainda conta com 3.318 bombeiros. Desde julho de 2011, quando o governador Beto Richa lançou o programa Paraná Seguro, o estado formou e contratou 2.153 PMs e 474 bombeiros militares.

Apesar do aumento, o baixo número de PMs ainda é um problema histórico da segurança pública no Paraná e dificilmente será resolvido até o ano que vem, já que 700 policiais deixam a corporação, em média, por ano. Além disso, cerca de 5 mil policiais

já podem se aposentar ou estão próximos dos 25 anos de serviço. Há duas semanas, o governo promoveu um novo concurso para 4.445 policiais militares e 819 bombeiros.

## Consequência

Para o sociólogo Luis Flávio Saporì, do Centro de Estudos em Segurança Pública da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), a defasagem no efetivo da PM tem impacto direto na capacidade de prevenir e reprimir crimes. "O contingente é uma variável muito importante na política de segurança pública. O governo estadual precisa estar atento a isso e ter uma política permanente de contratação", afirma. Segundo Saporì, a única forma de resolver o problema é ter um planejamento sólido no longo prazo de concursos periódicos. "Se a perda de policiais é elevada e constante, não há outro jeito."

O presidente da Associação de Defesa dos Policiais Militares Ativos, Inativos e Pensionistas (Amai) do Paraná, coronel da reserva Elizeu Furquim, ressalta a dificuldade do governo em repor o quadro em virtude de muitos anos de defasagem. "O déficit era automaticamente preenchido em todos os batalhões apenas na gestão do ex-governador José Richa, pai do atual [1983-1986]", lembra. Segundo ele,

Beto Richa tem tentado aumentar o contingente, mas o efetivo ainda é muito aquém do que já se perdeu e do que se perderá nos próximos anos.

No início do mês, 1.878 policiais militares foram incorporados ao efetivo da PM no Paraná.

**CONTINUA**

12 MAR 2013

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

### DEFASAGEM HISTÓRICA

A proporção de habitantes por policial militar do Paraná é melhor apenas que a do Maranhão na comparação com os outros estados da federação Acompanhe:

Estados	Efetivo	Número de habitantes por policial
Maranhão	8.000	839
Paraná	15.792	669
Santa Catarina	10.910	585
Ceará	14.967	574
Pará	14.217	548
Piauí	5.984	528
São Paulo	83.955	499
Goiás	12.500	492
Rio Grande do Sul	23.000	468
Mato Grosso do Sul	5.393	464
Espirito Santo	7.760	461
Mato Grosso	7.000	445
Bahia	31.998	443
Minas Gerais	45.000	441
Pernambuco	20.258	440
Alagoas	7.300	433
Paraíba	9.500	401
Amazonas	9.363	383
Rio de Janeiro	44.851	361
Sergipe	5.900	357
Rio Grande do Norte	9.500	339
Tocantins	4.226	336
Acre	2.577	294
Rondônia	5.462	291
Roraima	1.720	272
Amapá	3.785	184
Distrito Federal	14.835	178

Nota: os efetivos de bombeiros não foram contabilizados por nenhum estado.

Fonte: Redação. Infografix. Gazeta do Povo.

### Comandante reconhece a falta de efetivo

O comandante geral da Polícia Militar do Paraná, Roberson Bondaruk, reconhece a falta de efetivo. Segundo ele, no entanto, o governo estadual conseguirá atingir o efetivo previsto em lei até o final de 2014. Segundo a lei orgânica da PM, o estado precisaria ter 26,7 mil policiais militares. “O Paraná é o segundo índice

mais baixo de todo Brasil. Por outro lado, nós tivemos recentemente o maior concurso público da história do Paraná. Foram mais de 130 mil candidatos para 5.200 vagas.”

De acordo com o coronel, restrições orçamentárias e fiscais não permitem que o governo do estado contrate mais. “Dentro do que é possível, está se contratando a maior quantidade”, disse.

Bondaruk acredita que, até o final do primeiro semestre deste ano, uma parte dos aprovados no último concurso da PM seja chamada para começar as aulas na Academia do Guatupê. Esses policiais devem estar prontos para trabalhar nas ruas a partir do segundo semestre do ano que vem

CONTINUA

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

## Polícia aguarda posicionamento judicial sobre denúncias de abuso

CONTINUAÇÃO

### Investigação do MP deve ser arquivada

■ O procedimento investigatório aberto pelo Ministério Público do Paraná para apurar eventuais irregularidades no concurso da Polícia Militar, ocorrido no último fim de semana de fevereiro, caminha para o arquivamento. Pelo menos por enquanto, a promotora Adriana Rabelo Camara afirma não ter encontrado elementos consistentes que possam embasar um pedido de anulação do concurso.

A promotora diz que todas as denúncias que chegaram à Promotoria de Proteção ao Patrimônio Público foram analisadas, mas a maioria reclama da desorganização e dos erros cometidos pela Fundação de Apoio à Fafipa, responsável pelas avaliações. “Ainda não encontramos nada que indique fraude, que possa servir para pedir a anulação do concurso”, explica. O caso segue sendo investigado.

#### Erro

Candidatos de Francisco Beltrão, Ivaiporã e Foz do Iguaçu que concorriam a uma vaga de bombeiro militar receberam a prova correspondente ao cargo de policial militar. Ainda segundo a entidade, foram anuladas provas das regiões de Londrina, Maringá e Cascavel. Quem prestou prova nestas três regiões foi convocado a refazer os testes no dia 17 de março.

■ Apesar de reconhecer que “houve falhas”, o comando da Polícia Militar decidiu não excluir os policiais acusados de cometer excessos em duas abordagens ocorridas em novembro do ano passado, em Curitiba, antes da análise da Justiça Militar. Em uma delas, uma torcedora do Coritiba foi dominada com truculência e teve o rosto pressionado contra uma porta de metal. A outra ação, no Bairro Alto, terminou com denúncias de tortura a uma advogada e de agressão a uma família. Agora ficará a cargo da Vara de Auditoria Militar decidir se os policiais denunciados serão excluídos da corporação no final do processo.

O comandante-geral da PM, coronel Roberson Luiz Bondaruk, afirmou que, nos dois casos, as investigações internas da PM mostraram falhas dos policiais militares, mas as apurações ainda deixaram dúvidas. “Quando o crime é muito grave, não há dúvida, a própria PM pode fazer a exclusão. Mas quando há dúvida, nós esperamos um posicionamento da Justiça”, afirmou.

Segundo Bondaruk, no caso da torcedora, dois policiais foram investigados. No do Bairro Alto, três PMs foram arrolados, embora mais agentes tenham participado da ação. O comandante geral, contudo, nega que não tenha havido punição ainda. De acordo com ele, por enquanto, as penalidades são na esfera administrativa.

12 MAR 2013

1 2 MAR 2013

## GAZETA DO POVO

### **Jovem contaminada por HIV após cirurgia é indenizada em SC**

O estado de Santa Catarina foi condenado a pagar uma indenização de R\$ 300 mil para uma mulher de 34 anos que foi contaminada pelo vírus HIV após uma cirurgia, em 2009. A decisão do Tribunal de Justiça foi unânime, mas cabe recurso. Este é um entre os quatro casos de contaminação por transfusão de sangue registrados no Brasil entre 2007 e 2011. Luciane (nome fictício) tinha 31 anos quando foi contaminada pelo vírus – a cirurgia foi feita em uma clínica privada, mas as bolsas de sangue que ela recebeu foram fornecidas pelo Hemocentro de Santa Catarina, unidade vinculada à Secretaria de Estado da Saúde. Luciane teve de se submeter à cirurgia para retirar um cisto que rompeu. Durante a cirurgia, Luciane perdeu muito sangue e recebeu três transfusões. Ela recebeu alta seis dias depois. Já em casa, teve uma febre repentina de quase 40 graus, o que a fez voltar à clínica, onde foi internada de novo. Uma série de exames foi feita até a confirmação do HIV em seu sangue.

### **Júri do caso Mércia começa com primeira transmissão ao vivo**

O primeiro dia do julgamento do policial militar aposentado Mizaél Bispo de Souza, 43 anos, foi marcado por grande tensão entre defesa e acusação. O réu é acusado de matar a advogada Mércia Nakashima, 28 anos, sua ex-namorada, e de jogar o corpo e o carro dela em uma represa de Nazaré Paulista (SP) em 23 de maio de 2010. O júri no Fórum de Guarulhos é o primeiro do país a ser transmitido ao vivo por rádios, tevês e internet. Um bate-boca entre o irmão da vítima e o advogado de Mizaél chegou a interromper a transmissão ao vivo, que depois foi retomada.

12 MAR 2013

GAZETA DO POVO

## Polêmica sobre o transporte nas Cataratas vai à Justiça

Empresários do ramo turístico de Foz do Iguaçu decidiram acionar a Justiça na tentativa de manter o direito de prestar serviços de transporte no Parque Nacional do Iguaçu, área de 185 mil hectares situada nos limites do Brasil com a Argentina. Uma ação protocolada na Justiça Federal na última sexta-feira exige que o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) cumpra acordo realizado em agosto de 2012, que estabelece a revisão do plano de manejo da reserva para permitir a circulação de veículos privativos, incluindo vans e táxis.

Os empresários alegam que o acordo não foi cumprido porque uma portaria assinada no dia 1.º de março pelo presidente do ICMBio, Roberto Vizentin, estabelece que somente veículos de transporte circular do parque, ou seja, os ônibus da Concessionária Cataratas S.A., prestem o serviço a partir do dia 30 de dezembro deste ano. O ICMBio alega que a decisão foi acatada pelo Ministério Público Federal. O órgão sustenta, com base em estudos técnicos, que a circulação de vans e táxis causa impacto ambiental à unidade de conservação.

A decisão afeta cerca de mil automóveis privados e 700 guias que transportam turistas no Parque Nacional, onde estão situadas as Cataratas. O presidente do Sindicato das Empresas de Turismo de Foz do Iguaçu, Paulo Angeli, contesta a decisão do ICMBio e diz que a elaboração do plano de manejo não contou com a participação da comunidade. "Quando o plano de manejo serve ele é lei. Quando não serve é ignorado", diz. Atualmente, 13 ônibus movidos a diesel fazem o transporte interno do parque.

### ESCLARECIMENTO

#### **Prefeito Chico Santos pode ser afastado antes de ação ser finalizada**

O prefeito de Fazenda Rio Grande, Chico Santos (PSDB), vai permanecer no cargo até que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decida se acata ou não recurso especial contra a decisão que cassou sua candidatura no ano passado. Diferente do que divulgou a **Gazeta do Povo** no último sábado, Santos pode ser afastado do cargo mesmo antes do caso transitar em julgado, caso haja um entendimento do TSE nesse sentido.

12 MAR 2013

# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

## Informe Judiciário

### ELEIÇÕES TJ

Os deputados da Assembleia Legislativa do Paraná aprovaram em primeira discussão, durante sessão plenária desta terça-feira (5/3), a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que permite a candidatura dos 120 desembargadores nas eleições para a cúpula do Tribunal de Justiça do Paraná. Foram 47 votos favoráveis à proposta que busca democratizar o processo eleitoral no TJ. Hoje, apenas os 25 membros do Órgão Especial são potenciais candidatos.

### ADOÇÃO INTERNACIONAL

Nesta semana, o Corregedor-Geral da Justiça, Desembargador Lauro Augusto Fabricio de Melo, atual presidente da Comissão Estadual Judiciária de Adoção (CEJA), oficializou mais um ato de adoção internacional. A menina, de quase três anos de idade, foi adotada pelo casal "Jeffery e Heather Wise" residente no Estado de Michigan (EUA), tendo assim a oportunidade de viver ao lado de três irmãos biológicos, adotados há cerca de 8 anos pela mesma família. Este caso teve também a participação do Juiz Fabian Schweitzer.

### ASSEMBLEIA

Os deputados aprovaram na sessão plenária desta quarta-feira (6/3), da Assembleia Legislativa, o projeto de Lei nº 643/12, de autoria do Tribunal de Justiça, dispondo sobre a estrutura do Gabinete do Juízo, no âmbito do Primeiro Grau de Jurisdição do Poder Judiciário do Estado do Paraná. Vale ressaltar que, para a realização deste projeto não haverá impacto financeiro orçamentário por não representar aumento de despesas e por não haver criação de cargos. A estrutura administrativa do referido gabinete, possibilita que todos os cargos já disponibilizados ao 1º Grau de Jurisdição tenham a lotação correspondente ao local de atuação.

### SEMINÁRIO NACIONAL

O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Desembargador Clayton Camargo, demonstrando o comprometimento com o aprimoramento dos magistrados na prestação jurisdicional, designou José Orlando Cerqueira Bremer, Rogério Etzel, Leonardo Bechara Stanciolli, Luciane do Rocio Custódio Ludovico e Rosicler Maria Miguel Vigna Mandorlo, todos atuantes na área criminal, para participar do Seminário Nacional: Inovações e Desafios da Nova Lei sobre Crimes de Lavagem de Dinheiro. O evento, realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ocorre nos dias 11 e 12 de março, no auditório do Tribunal Superior do Trabalho (TST), em Brasília.

### PORTAL

O Portal do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, importante canal de comunicação com a população, permitindo e facilitando o acesso aos serviços do Judiciário Estadual, teve no ano passado um número bastante expressivo em visualizações. Em 2012, o Portal do TJPR recebeu mais de 17 milhões de visitas, sendo que 3 milhões foram de visitantes únicos, ou seja, aqueles contabilizados apenas uma vez, não importando o número de acessos. Em 2013, até o momento, o Portal já recebeu 2,7 milhões de visitas, sendo 600 mil visitantes únicos. Na soma das visitas estão excluídos os acessos feitos aos sistemas do TJPR.

### MEDALHA

A 2ª Vice-Presidente do TJPR, Desembargadora Dulce Maria Sant'Eufemia Cecconi, o Desembargador Onésimo Mendonça de Anunciação, o Desembargador aposentado Ivan Campos Bortoletto e o Juiz de Direito, Rui Antonio Cruz, foram homenageados na noite quinta-feira (7/3), no prédio anexo ao Palácio da Justiça, com a medalha Alceste Ribas de Macedo, concedida pela Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar).

Em seu discurso, a Desembargadora Dulce Cecconi disse que se orgulha muito de ter sido a primeira mulher a fazer parte da direção da Amapar e da cúpula diretiva do Tribunal de Justiça e, por receber essa homenagem um dia antes do Dia Internacional da Mulher, a dedicou para todas as mulheres magistradas do Estado do Paraná.

### POSSE MP

O Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Clayton Camargo, esteve na noite de quinta-feira (7/3), na sede do Ministério Público do Paraná, prestigiando Domingos Thadeu Ribeiro da Fonseca, empossado como Procurador de Justiça.

O novo procurador passa a atuar junto à Terceira Procuradoria de Justiça Criminal.

### PLANTÃO JUDICIÁRIO

Os juízes de Direito, Peterson Cantergiani Santos (1º grau) e Horácio Ribas Teixeira (2º grau) respondem pelo Plantão Judiciário referente ao período de 11 a 18 de março. O serviço de plantão funciona entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e, também, durante as 24 horas do dia em que não houver expediente forense. O Plantão Judiciário de 1º e 2º graus de jurisdição atende no andar térreo do edifício do Palácio da Justiça, situado na Praça Nossa Senhora da Salete, s/nº, Centro Cívico, Curitiba. O telefone é (41) 3323-6767/ 3200-3040.

# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

## TRF-4 suspende recebimento de processos em papel

12 MAR 2013

A presidência do Tribunal Regional Federal da 4ª Região determinou o fechamento do Siapro (Sistema de Acompanhamento Processual), que permitia o processamento de algumas classes de ações judiciais. Com a decisão, o que ainda era distribuído por meio físico no primeiro grau em toda a 4ª Região da Justiça Federal — Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná —, agora não será mais aceito. A partir de agora, só serão processadas ações por meio eletrônico, via eproc.

A ordem veio por meio da Resolução 34, assinada pela presidente Marga Tessler no dia 7 de março.

O Siapro funcionava desde 1998. Ao ingressar com uma ação na Justiça Federal por meio físico, os dados que constavam no papel eram cadastrados nesse sistema, permitindo o acompanhamento das partes, dos magistrados e de servidores da Justiça.

Mesmo com a implantação do eproc, em 2010, em todas as matérias e graus de jurisdição na 4ª Região ainda eram permitidas algumas exceções, como o recebimento de documentos em papel. Eram aceitos, por exemplo, os inquéritos, procedimentos investigatórios do Ministério Público, as representações criminais e as cartas precatórias. Agora, todos esses feitos devem tramitar eletronicamente.

## STF assume folha de pagamento de terceirizados

O Supremo Tribunal Federal assumirá, a partir deste mês, a folha de pagamento de centenas de funcionários terceirizados que atuam na corte. A medida foi tomada após o rompimento inesperado de sete contratos de licitação firmados desde 2009 com a empresa Assemp Gestão Empresarial, que tem sede em Lauro de Freitas (BA).

A administração da corte foi procurada esta semana por representantes da empresa, que solicitaram o cancelamento de todos os contratos em vigor alegando “circunstâncias financeiras desfavoráveis”. Em sua página na internet, a Assemp, informa prestar serviços para outros órgãos públicos como o Conselho Nacional de Justiça, Banco do Brasil, os Correios, a

Caixa Econômica Federal e a AGU. De acordo com o secretário de Administração e Finança do STF, Armando Akio Santos Dol, a decisão de arcar com os custos — salários, vale-transporte e vale-alimentação — foi tomada “para evitar prejuízos aos terceirizados”.

Os contratos no STF atendiam às áreas de comunicação, recepção, marcenaria e tapeçaria, secretariado, operação de elevadores e almoxarifado e somavam mais de R\$ 20 milhões, desconsiderados os valores dos aditivos. O contrato mais caro era o da área de recepção, de quase R\$ 10 milhões.

Todas as licitações foram vencidas na modalidade preço, que escolhe o menor preço entre vários concorrentes.

12 MAR 2013

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# Disputa por controle da TFP deve ser decidida no Supremo

STF dará a palavra final sobre o controle da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade

O Supremo Tribunal Federal deverá dar a palavra final sobre a disputa pelo controle da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade, a TFP. No dia 20 de fevereiro, a vice-presidente em exercício no Superior Tribunal de Justiça, ministra Eliana Calmon, decidiu que o caso envolve questão constitucional e remeteu os autos para o STF. A relatoria deverá ficar com o ministro Celso de Mello. Isso porque já estava em suas mãos um processo sobre o caso.

Representante da extrema direita católica, a TFP foi criada em 1960 e ficou famosa por apoiar o golpe militar de 1964 e promover campanhas contra o aborto, o divórcio, a reforma agrária e o comunismo. Tem cerca de mil associados entre colaboradores, sócios efetivos (cerca de 150) e sócios fundadores (8). Sob sua guarda, estão 72 imóveis.

A disputa está ligada à defesa de linhas de ação ideológica divergentes. De um lado, os sócios fundadores, defensores de uma atuação política secular, com pouca influência religiosa.

Do outro, a dissidência liderada pelos Arautos do Evangelho, vinculados à Igreja Católica e com relações próximas à hierarquia eclesiástica. Fundado em 1999, o grupo religioso foi reconhecido

em 2001 pelo Vaticano como uma Associação Internacional de Direito Pontifício. Está presente em 78 países, segundo o site da entidade.

A briga entre os grupos eclodiu com a morte do fundador da TFP, Plínio Corrêa de Oliveira, em 1995, quando os sócios fundadores passaram a controlar a diretoria da entidade e decidiram aplicar o estatuto social ao pé da letra. O documento prevê apenas aos fundadores o direito de voto nas assembleias gerais, e exclui os demais membros do processo. O estatuto diz ainda que as investidas dos sócios efetivos deveriam ser prorrogadas anualmente. (Parágrafos 1º do artigo 14, e parágrafo 2º do artigo 10).

Sob a liderança do hoje monsenhor João Scognamiglio Clá Dias, fundador dos Arautos do Evangelho, a ala dissidente entrou na Justiça em 1997 contra as normas do estatuto. Perderam na primeira instância, mas ganharam no Tribunal de Justiça de São Paulo e no Superior Tribunal de Justiça. Depois da decisão do TJ-SP, os fundadores entraram com recurso no STJ e no STF.

### TESES

Em decisão de março do ano passado, a maioria dos ministros da 4ª Turma do STJ manteve a decisão do TJ-SP de reconhecer o direito de voto dos sócios não fundadores. Para os ministros, o estatuto da TFP viola o artigo 1.934 do Código Civil de 1916 (vigente até 2002), que estabelece: "todos os sócios têm direito de votar nas assembleias gerais onde, salvo estipulação em contrário, sempre se deliberará por maioria de votos".

12 MAR 2013

# FOLHA DE LONDRINA

## MP denuncia oito por crimes no Evangélico

### Juizado da Vara do Tribunal do Júri de Curitiba tem cinco dias para acatar ou não a denúncia

Rubens Chueire Jr.  
Reportagem Local

**Curitiba** - O Ministério Público do Paraná (MPPR), por meio da Promotoria de Justiça de Proteção à Saúde Pública de Curitiba, ofereceu denúncia contra oito pessoas envolvidas na morte de pacientes na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) Geral do Hospital Evangélico, na capital.

A médica Virgínia Helena Soares de Souza é acusada de sete homicídios duplamente qualificados e formação de quadrilha.

Um médico vai responder por dois homicídios duplamente qualificados e formação de quadrilha e outros dois por um homicídio duplamente qualificado cada e formação de quadrilha. Também foram denunciadas duas enfermeiras, ambas por um homicídio duplamente qualificado e formação de quadrilha, e uma fisioterapeuta e um enfermeiro, por formação de quadrilha.

Agora o juiz da Vara do Tribunal do Júri de Curitiba tem cinco dias para acatar ou não a denúncia feita pelo MPPR. Conforme o órgão, seguindo orientações verbais de Virgínia, na condição de chefe da UTI, os médicos denunciados, durante seus plantões, prescreviam medicamentos bloqueadores neuromusculares

*Outros 21 casos de mortes suspeitas devem ser alvo de inquérito policial*

normalmente empregados em medicina intensiva para otimização de ventilação artificial.

Entretanto, estes bloqueadores eram conjugados com sedativos e analgésicos, em seguida do rebaixamento de ventilação mecânica, fazendo as vítimas morrer por asfixia.

Foram três mortes no dia 28 de janeiro de 2013, uma em 3 de março de 2012, uma em fevereiro de 2012, uma em 8 de maio de 2011 e outra em 13 de maio de 2011. Segundo o MPPR, em todos os sete casos investigados foi constatado que os medicamentos Pavulon (nome comercial do princípio ativo pancurônio), foram ministrados mesmo quando não havia justificativa terapêutica registrada no prontuário médico.

"No nosso entendimento a motivação do crime seria pura e simplesmente de 'girar a UTI'. Não conseguimos chegar a nenhuma conclusão sobre vantagem financeira. Não temos dados suficientes que nos permitam chegar a outra conclu-

são. Verificamos que, em todos os sete casos, a prescrição do Pavu-

lon era registrada no prontuário e pouco tempo depois o paciente falecia", disse Fernanda Nagl Garcez, promotora de Justiça da Promotoria de Justiça de Proteção à Saúde Pública de Curitiba.

Ela ainda ressalta que "foi possível comprovar a prescrição do medicamento por meio do prontuário, além dos depoimentos testemunhais e o áudio de interceptação telefônica. Nenhuma prova foi analisada isoladamente, mas sim de forma conjunta".

Os promotores ainda destacaram que a denúncia se baseou nas boas práticas médicas, tanto que os casos foram analisados por uma equipe técnica e revisados pelo Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (Denasus).

O MPPR também informou que mais 21 casos com indício da prática de antecipações de mortes devem ser alvo de outro inquérito policial por parte do Núcleo de Repressão aos Crimes contra a Saúde (Nucrisa), da Polícia Civil do Paraná.

**CONTINUA**

1 2 MAR 2013

## FOLHA DE LONDRINA

### CONTINUAÇÃO

O advogado da médica Virgínia, Elias Mattar Assad, disse que da mesma maneira que o MPPR se baseou para denunciar a profissional com base nos prontuários médicos, a defesa também vai utilizar os documentos para provar a inocência de sua cliente. "Vamos fazer um trabalho para explicar o óbvio. É um homicídio sem cadáver. O que me preocupa é que o MPPR não teve humildade de continuar as investigações, libertar os médicos até se aprofundar a apuração. Primeiro tem que investigar, provar e depois acusar", afirmou.

### MAZZA

#### Decoreba

O depoimento da médica-chefe da UTI do Evangélico da Capital na encenação do "Fantástico" tem todo o jeito de fala editada, o que retira um pouco do seu inegável impacto como peça de defesa. Era indispensável como exigência do contraditório esse tipo de mediação, o que não impediu, ainda ontem, que o MP, Ministério Público, a enquadrasse com mais três colegas médicos e três enfermeiros na denúncia à Justiça. A tentativa de desviar o sentido das falas na intimidade da UTI para um caso mais de semântica e até de gíria do meio profissional, embora o tom de morbidez inafastável do diálogo, será uma das armas da defesa que se saiu muito bem no âmbito midiático.

12 MAR 2013

# FOLHA DE LONDRINA

## Médicos sob suspeita

**O que responder às famílias de pacientes que tiveram seu sofrimento potencializado pela desonestidade de quem deveria promover a saúde?**

**P**ouco antes de completar um mês da prisão da médica Virgínia Helena Soares de Souza, responsável pela Unidade de Terapia Intensiva (UTI) Geral do Hospital Evangélico (HE) de Curitiba, o Ministério Público (MP-PR) do Paraná ajuizou ontem denúncia contra ela e mais sete pessoas, sendo quatro médicos no total, três enfermeiros e uma fisioterapeuta. Seis profissionais daquela unidade estão sendo acusados de homicídio duplamente qualificado e formação de quadrilha. Um enfermeiro e um fisioterapeuta vão responder somente por formação de quadrilha.

O caso ganhou repercussão nacional e espantou a todos. De acordo com a denúncia, no período compreendido entre janeiro de 2006 e 19 de fevereiro de 2013, Virgínia Souza (chefe da UTI) e os colegas teriam provocado a morte de pacientes internados naquela unidade. Os homicídios teriam sido causadas pelo uso de medicamentos ou outros instrumentos. A denúncia oferecida pelo MP teve como base o inquérito policial feito pelo Núcleo de Repressão aos Crimes Contra Saúde (Nucrisa). O advogado de defesa da médica Virgínia Souza diz que ela é inocente.

No último final de semana, outra denúncia envolvendo profissionais da área de saúde chocou

o País. Uma jovem médica do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) de Ferraz de Vasconcelos, em São Paulo, foi flagrada marcando o ponto para colegas utilizando dedos de silicone. A moça vai responder por falsificação de documento

público. Segundo a Polícia, ela validava o ponto biométrico de comparecimento de seis profissionais, entre médicos e enfermeiros, com as próteses. Em depoimento à delegacia, a mulher disse que 11 médicos e 20 enfermeiros participavam do esquema. Cada médico pagaria R\$ 4,8 mil por mês para o diretor municipal do Samu, que até ontem não havia sido localizado para responder as acusações. Os médicos, que recebiam salário para dar cinco plantões por mês, acabavam trabalhando apenas um.

No caso do interior paulista, não se trata apenas de crime contra os cofres públicos. Vale perguntar quantos pacientes precisaram esperar mais do que o necessário pelo atendimento emergencial, já que havia menos médicos no plantão? O que responder às famílias de pacientes que tiveram seu sofrimento potencializado pela desonestidade de quem deveria promover a saúde? Mesmo pergunta que se deve fazer, caso as denúncias contra os médicos de Curitiba sejam comprovadas.

12 MAR 2013

METRO

# Siate tem treinamento para atender casos de pedofilia

**Alerta.** Tânia Guerreiro, policial militar que trabalhou na Interpol, orienta Corpo de Bombeiros sobre como identificar e tratar as vítimas. Pesquisa com dados do IML mostra que quatro crianças de Curitiba e região metropolitana sofrem algum tipo de abuso a cada dia

Todos os dias, quatro crianças são vítimas de pedofilia em Curitiba e região metropolitana, em média. A maioria tem até quatro anos de idade. Essa dura realidade foi apontada em pesquisa baseada em dados do IML e apresentada ontem, durante treinamento do Corpo de Bombeiros e Siate, pela subtenente da Polícia Militar do Paraná Tânia Guerreiro, única policial do Brasil especialista em pedofilia. No país, o índice é de uma criança a cada oito minutos, conforme o Disque 100.

Segundo Guerreiro, os dados são de oito anos atrás, mas os únicos disponíveis. "Isso mostra a falta de políticas públicas para o tema", critica a policial, que trabalhou pela Interpol na Hungria, Canadá, França, Portugal e Alemanha.

Ela explica que é caracterizado pedofilia a perversão sexual, e não apenas o ato em si, praticada por maiores de 16 anos contra menores de 14 anos. Ela diz que há diferentes perfis de pedófilo. Os menos agressivos são os que se satisfazem com o toque ou com a criança no colo; que se contentam em ficar de bicicleta ou dentro de veículo na porta

**90%**

dos consumidores de pornografia infantil sofreram abuso sexual. Uma foto vale R\$ 100 no mercado e um vídeo de cinco minutos, R\$ 1 mil.

das escolas; e aqueles que fazem uso de pornografia infantil. E existem os mais agressivos, que se dividem em três. O chamado 'alheio à família' é o desconhecido que aborda a criança na rua. O segundo tipo é o 'com ligação doméstica', que pode ser o padrinho, o tio, o avô ou o amigo próximo à família. O último é o 'doméstico', que mora dentro de casa. "A pesquisa nos mostra que, em 67% dos casos, o pedófilo é o pai. Em 20%, é o padrasto", afirma Guerreiro.

#### Como ele age

O pedófilo que se enquadra nesses dois últimos perfis cria situações para estar sozinho com a criança, explica Guerreiro. Segundo a policial, ele fala para a criança: 'esse é o nosso segredo'. "Até os sete anos, a criança acredita ser

brincadeira. Depois, ela começa a perceber que os amigos não brincam como ela e que algo está errado. Então, passa a falar não ao pedófilo", diz.

É nesse momento que o pedófilo se torna ainda mais agressivo, aponta a subtenente. "Ele espanca a criança e diz que, se ela negar, vai espancar os irmãos, a mãe e quem mais a criança ama. Ele deixa de levar comida para casa e ainda fala que a culpa é da criança. A criança acaba cedendo para garantir a segurança da família", aponta.

No entanto, diz a policial, a criança dá sinais de que vem sendo violentada (veja abaixo) e os pais, os amigos e os professores devem ficar atentos. "Só que 90% das mães são coniventes com a situação por questão financeira", diz. Na maioria das vezes, o agressor é provedor da família.

Denúncias podem ser feitas no Disque 100, Polícia Militar, Conselhos Tutelares, Varas da Infância e Juventude e Delegacias de Proteção à Criança e ao Adolescente.

**CONTINUA**

## SAIBA IDENTIFICAR OS SINAIS

Tânia Guerreiro lista algumas mudanças nas crianças que são vítimas de pedofilia

### COMPORTEMENTAIS

- ▶ **Obesidade ou anorexia** - atinge de 5% a 20% das vítimas
- ▶ **Gravidez precoce** - atinge até 11% das vítimas
- ▶ **Distúrbio do sono** - atinge de 17% a 20% das vítimas
- ▶ **Queda de autoestima** - atinge 58% das vítimas
- ▶ **Tendência a suicídio** - atinge 25% das vítimas
- ▶ **Perda da confiança na figura masculina ou feminina, dependendo de quem é o agressor** - atinge de 13% a 50% das vítimas
- ▶ **Desenhos: mãos grandes; a criança no canto da folha, longe do adulto; a criança perto do adulto, com os genitais dele à mostra; a família toda, com exceção do agressor, como o pai, a mãe ou o avô**
- ▶ **Queda no rendimento escolar**
- ▶ **Relutância em voltar para casa**
- ▶ **Descuido da higiene: a criança tem a ideia de que o mau cheiro vai afastar o agressor**

- ▶ **Banhos longos: a criança tem a ideia de que a água vai purificar seu corpo**
- ▶ **Automutilação**
- ▶ **Isolamento**
- ▶ **Timidez**
- ▶ **Choro 'à toa'**
- ▶ **Agressividade**
- ▶ **Ansiedade**
- ▶ **Tonturas**
- ▶ **Desmaios**
- ▶ **Depressão**
- ▶ **Propensão ao uso de álcool e drogas**

### FÍSICOS

ASSADURAS NAS REGIÕES ÍNTIMAS

DIFICULDADE PARA SENTAR-SE

MACHUCADOS E HEMATOMAS

## Código Penal. Punição vai de 8 a 15 anos de prisão

No evento ontem, a subtenente Tânia Guerreiro disponibilizou aos participantes um abaixo-assinado que vai pedir ao Senado mais rigor no Código Penal quanto à pedofilia.

Ela explicou que, atualmente, a pena vai de 8 a 15 anos de prisão. "Ele vai a julgamento, mas tem bons antecedentes, emprego, residência, já abranda a pena. Na penitenciária, ele tem bom comportamento e se beneficia da redução. Sai da prisão em dois anos e, se for o pedófilo doméstico, volta a agir em até 48 horas. Se for o 'com ligação doméstica', o prazo é de uma semana. Por isso, queremos pena de 30 anos de prisão, em regime fechado".

Além disso, Guerreiro trabalha em projeto que propõe a criação de um ca-

# 1%

dos pedófilos no mundo são pegos em flagrante, segundo a policial.

dastró nacional de pedófilos já condenados, com descrição de características e fotos, que poderia ser consultado pela população.

Ela lembra que, atualmente, a ação contra um caso de pedofilia pode ser feita até 20 anos depois do caso. "Muitas pessoas apagam esse registro e apenas se lembram de terem sido abusadas na vida adulta, como aconteceu com a nadadora Joana Maranhão". A mudança no prazo foi garantida pelo decreto 2.848/40

## Tratamento. 'Deveria ser doença'

Tânia Guerreiro criticou a falta de políticas públicas e pesquisas focadas no tratamento dos pedófilos, para evitar que eles voltem a cometer crimes.

"A Psicologia enquadra a pedofilia nas parafilias, que são as aberrações sexuais, como o sexo com animais, mas não se trata como uma doença", critica.

Segundo a subtenente, apenas 5% dos pedófilos buscam algum tipo de tratamento, mas não dão continuidade nele. **METRO CURITIBA**

"Há pedofilia no mundo todo, mas não há estudos que apontem tratamento."

TÂNIA GUERREIRO

12 MAR 2013

METRO

# Ministério Público denuncia 8 funcionários do Evangélico

**Investigação.** Eles são acusados de sete mortes na UTI do hospital. Crimes são de homicídio duplamente qualificado e formação de quadrilha

O MP-PR (Ministério Público do Paraná) denunciou ontem oito funcionários do Hospital Evangélico, suspeitos de antecipar a morte de pacientes na UTI Geral. Sete óbitos que ocorreram no período entre janeiro de 2006 e fevereiro de 2013 são tratados como homicídios.

A médica Virgínia Soares de Souza é co-autora e acusada de homicídio duplamente qualificado e formação de quadrilha; o médico Anderson de Freitas, de dois homicídios duplamente qualificados e formação de quadrilha; os médicos Edison Anselmo da Silva Junior e Maria Israela Cortez Boccato, cada um por um homicídio duplamente qualificado e formação de quadrilha; as enfermeiras Laís da Rosa Groff e Patrícia Cristina de Goveia Ribeiro, cada

**“É repugnante o fato de se escolher e determinar quem vai morrer. É brincar de Deus.”**

PAULO SÉRGIO MARKOWICZ DE LIMA,  
PROCURADOR DE JUSTIÇA

uma por um homicídio duplamente qualificado e formação de quadrilha; e a fisioterapeuta Carmencita Emília Minozzo e o enfermeiro Claudinei Machado Nunes, por formação de quadrilha.

De acordo com o MP, a médica Virgínia prescrevia medicamentos bloqueadores neuromusculares, principalmente o pavulon, sem indicação terapêutica, e reduzia os parâmetros de ventilação. Com isso, os pacientes morriam por asfixia.

“Ela queria girar e desentulhar a UTI. Até agora, não conseguimos concluir se com isso ela teria vantagens financeiras. As mortes investigadas são de pacientes do SUS e de planos de saúde”, conta a promotora de Justiça de Proteção à Saúde Pública, Fernanda Nagl Garcez.

De acordo com o MP, caso Virgínia não estivesse presente no hospital, ela dava ordens para que os funcionários ministrassem os remédios.

Segundo a promotora, todas as denúncias foram baseadas nos prontuários médicos analisados por profissionais das Secretarias Municipal e Estadual de Saúde, provas testemunhais e intercepções telefônicas.

**Qualificadoras**

A Promotoria considerou os

homicídios duplamente qualificados. Primeiro por serem de motivo torpe pelos profissionais se reconhecerem “como possuidores do poder de decretar o momento da morte da vítima, contra a vontade do paciente e de seus familiares e em total desconformidade com a lei”. A outra qualificadora é devido ao uso de meios que dificultavam a defesa do paciente.

Outras 21 mortes que ocorreram na UTI do hospital também podem ter sido crimes de homicídio e estão ainda sob investigação, de acordo com o órgão.

Agora, a Justiça decidirá se vai ou não acatar a denúncia do MP.

CONTINUA

12 MAR 2013

METRO

CONTINUAÇÃO

## Defesa diz que inquérito foi mal conduzido

O advogado Elias Mattar Assad, que defende a médica Virgínia Soares de Souza, que comandava a UTI Geral do hospital, voltou a criticar as investigações da polícia.

“Garimparam o ódio e a ignorância nas águas turvas de um inquérito mal conduzido tecnicamente e cientificamente. Não serão os médicos que estarão no banco dos réus. Será a própria medicina e a medicina intensiva”, argumenta.

Ele disse que o caso vai se esclarecer na ação penal, caso o juiz receba a denúncia e que terá novidades sobre o caso nos próximos dias.

“Nós vamos provar as razões íntimas da denunciante anônima. Temos uma carta escrita por ela que vamos tornar pública nos próximos dias, onde ela dá a entender que tinha ódio do hospital e da Virgínia”, adianta Mattar Assad.

Ele conta que agora o próximo passo é estudar a denúncia. “Vamos ofertar a chamada defesa preliminar para que o juiz não receba a denúncia ou, se receber, deferir as provas que a defesa vai pedir”.

A médica está presa desde o dia 19 de fevereiro e a expectativa da defesa é que o pedido de habeas corpus seja julgado na quinta-feira.

**“As testemunhas que seriam da doutora Virgínia foram colocadas como cúmplices no intuito de retirar a credibilidade de suas palavras. Isso é o método nazista. A nação tem que saber que não se acusa alguém assim.”**

ELIAS MATTAR ASSAD, ADVOGADO

12 MAR 2013

METRO

# OAB questiona limite para abater educação no IR

**Imposto de Renda.** Conselho da OAB irá ao Supremo contra teto de dedução. Para entidade, limite viola garantias constitucionais

O Conselho Federal da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) vai questionar no STF (Supremo Tribunal Federal) a constitucionalidade dos limites fixados pela lei 9.250/95 para dedução de despesas com educação no Imposto de Renda da Pessoa Física. Em reunião realizada ontem, o conselho aprovou por unanimidade o ajuizamento de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade contra dispositivos da lei. O objetivo é questionar os limites fixados nos anos base de 2012 a 2014.

O relator da matéria no plenário da OAB, conselheiro federal Luiz Claudio Allemând (ES) defendeu que as

**“Despesas com a instrução situam-se entre as indispensáveis à manutenção da dignidade humana.”**

LUIZ CLAUDIO ALLEMAND, CONSELHEIRO DA OAB E RELATOR DA MATÉRIA

despesas com educação, assim como já acontece com aquelas realizadas pelo contribuinte com saúde, não ficam sujeitas a tetos de dedução do Imposto de Renda.

A despesa com educação dedutível nestes anos foi fixada, respectivamente, em R\$ 3.091, R\$ 3.230 e R\$ 3.375. O relator consi-

dera que a fixação de valores de dedução, “em limites tão reduzidos”, violam dispositivos constitucionais que tratam da dignidade humana. “As despesas realizadas pelo cidadão com a instrução própria e de seus dependentes situam-se entre as indispensáveis à manutenção da dignidade humana, que devem ser excluídas da tributação”, justificou Allemând.

A proposta aprovada ontem pelo Conselho foi apresentada em 2011 pelo advogado Igor Mauler Santiago, membro da então Comissão Especial de Direito Tributário da OAB Nacional. ☞

## Caso Bruno. Defesa pede anulação do julgamento

O advogado do ex-goleiro Bruno Fernandes, Lúcio Adolfo, apresentou à Justiça pedido de anulação do júri que condenou o goleiro a 22 anos e três meses de prisão. No recurso, há também a contestação da sentença.

Segundo o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), o pedido de apelação foi entregue pela defesa na última sexta-feira.

Bruno foi condenado a 17 anos e 6 meses em regime fechado por homicídio triplamente qualificado – por motivo torpe, asfixia e

uso de recurso que dificultou a defesa da vítima. Os outros 3 anos e 3 meses ele deverá cumprir em regime aberto, por sequestro e cárcere privado, e ainda mais 1 ano e 6 meses por ocultação de cadáver. A pena foi aumentada porque o goleiro foi considerado o mandante do crime, e reduzida pela confissão do jogador. ☞ METRO

12 MAR 2013

## O ESTADO DE S. PAULO

**Corrupção.** Em seminário, ministro Joaquim Barbosa afirmou que instituições financeiras não exercem controle sobre abertura de contas e transferências de valores sob sua responsabilidade porque não visualizam a possibilidade de serem 'drasticamente punidas'

# Bancos são 'lenientes' com lavagem de dinheiro, critica presidente do Supremo

O presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, afirmou ontem que os bancos são lenientes no controle de operações financeiras suspeitas que podem se configurar como lavagem de dinheiro. Barbosa é o relator do processo julgado pelo STF no segundo semestre de 2012 que resultou na condenação de 25 pessoas acusadas de envolvimento com o mensalão, 21 delas por lavagem de dinheiro. Entre os condenados estão ex-diretores do Banco Rural.

"Enquanto instituições financeiras não visualizarem a possibilidade de serem drasticamente punidas por servirem de meio para a ocultação da origem ilícita de valores que se encontram sob a sua responsabilidade, persistirá o estímulo à busca do lucro, visto como combustível ao controle leniente que os bancos fazem sobre a abertura de contas e sobre a transferência de valores", disse Barbosa, ao discursar ontem na abertura de um seminário em Brasília sobre lavagem de dinheiro.

Também presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Barbosa afirmou que a ocultação de valores tem de ser "veementemente" reprimida. "O número de inquéritos arquivados, quando comparado ao número de denúncias aceitas, indica que é necessário apuração para saber se as discrepâncias estão na defi-

ciência da investigação ou no trabalho executado pelo Ministério Público", declarou.

A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) não quis comentar as declarações de Barbosa.

Dados divulgados pelo CNJ sobre o combate à lavagem de dinheiro mostram que no ano passado foram recebidas menos denúncias do que em 2011. Os arquivamentos de 2012 superaram os do ano anterior. Na Justiça Federal, por exemplo, foram arquivados 407 inquéritos em 2012, ante 232 em 2011. Os tribunais julgaram 61 processos no ano passado. Em 2011, foram 183.

Segundo dados do CNJ, no ano passado a Justiça Estadual condenou apenas 29 pessoas por lavagem de dinheiro. Em 2011, foram condenadas 175 pessoas.

Conselheiro do CNJ, Gilberto Martins disse que é necessário um reforço na capacitação dos juízes e do Ministério Público para aprimorar a aplicação da lei de lavagem. "Os números de que dispomos indicam que ou o Ministério Público não tem promovido denúncias contra esse tipo de crime ou o Judiciário não está capacitado para entender os meandros da norma legal e do próprio crime de lavagem." "Os tribunais que mais julgam e condenam são justamente os que dispõem de varas especializadas, que dão aos magistrados condições de se dedicar. Portanto, é fundamental se aparelhar o Judiciário", emendou Martins.

**"Enquanto (os bancos) não visualizarem a possibilidade de serem punidos por servirem de meio à ocultação da origem ilícita de valores sob sua responsabilidade, persistirá o estímulo à busca do lucro, visto como combustível ao controle leniente que fazem sobre a abertura de contas e transferências"**

**Joaquim Barbosa**

EM DISCURSO NA ABERTURA DE UM SEMINÁRIO SOBRE LAVAGEM DE DINHEIRO, EM BRASÍLIA

**CONTINUA**

## Integrantes do Ministério Público veem omissões e 'controle frouxo'

Procuradora que combate crimes financeiros aponta 'falhas' dos bancos na comunicação com os órgãos de controle

A procuradora da República Karen Kahn, que atua no combate aos crimes financeiros e à lavagem de dinheiro, avalia que muitas instituições bancárias dispõem de "mecanismo de controle totalmente afrouxado, que deixa passar movimentações de valores sem questionamento". Ela aponta para bancos oficiais e privados. "A experiência já mostrou que vários bancos falham na comunicação ao Ministério Público Federal, à Polícia Federal e ao Coaf."

"A macrocriminalidade financeira é sistêmica, um banco atrás do outro quebrando e gerando lucros para poucos, como vimos nos casos do Panamericano e do Cruzeiro do Sul, mas muito pouco se fala desse tipo de ilícito", alerta a procuradora. "O País não tem essa memória, vai ficando uma coisa meio difusa. Elegem outras prioridades."

**Travamento.** Karen Kahn critica a morosidade das instituições. "Muitos bancos resistem em responder a pedidos de quebra de sigilo. Levam até seis meses para enviar informações. Existe um travamento. Não estou dizendo que seja algo intencional, mas quer por ação, quer por omissão, negligência ou conivência, existe falha na celeridade da transmissão de dados."

A procuradora denunciou em janeiro o banqueiro Luís Octávio Índio da Costa, ex-controlador do banco Cruzeiro do Sul, e outros 16 investigados por fraudes. "Muitas instituições financeiras trabalham seriamente, mas na medida em que aqueles que as controlam têm intenção de usá-las para enriquecimento ilícito, em proveito próprio, pode-se dizer que esses bancos são lenientes com práticas criminosas", afirma.

Karen define o perfil desse ti-

po de infrator. "Operam por trás do pano. Como no mensalão, eles têm domínio do fato, mas não assinam nada. Aqui agem os testas de ferro. Nas audiências você depara com documentos assinados por empregados que, interrogados, denunciam o controlador da instituição como mandante. Existe afrouxamento nesse tipo de controle, tanto preventivo quanto repressivo. O criminoso econômico é o da periculosidade sutil. Essa criminalidade não vem dos bancos, mas de pessoas que dirigem alguns deles para tirar proveito próprio."

**Omissões.** Para o promotor de Justiça Silvio Antonio Marques, que combate corrupção e improbidade, "nos últimos anos houve muitos avanços no sistema de compliance dos bancos". Mas ele vê omissões. "Como afirmou o ministro Joaquim Barbosa, ainda existem muitos bancos que nada fazem contra a movimentação financeira incompatível com a renda de seus clientes. Há funcionários públicos que declaram aos bancos que recebem subsídios mensais ínfimos do erário, mas mantêm depósitos milionários em algumas instituições financeiras. De uma certa forma, tais bancos cooperam com o crime de lavagem de capi-  
tão."

## Processo contra Rural e BMG está na Justiça de MG

O principal processo relativo ao mensalão envolvendo os bancos BMG e Rural, acusados de crime contra o sistema financeiro, ainda está ativo na Justiça Federal de Minas Gerais, em ações penais desmembradas pelo Supremo Tribunal Federal, em fase de recurso.

Em um dos processos, os dirigentes do Rural são acusados de crime contra o sistema financeiro praticados em 1998, durante a campanha à reeleição de Eduardo Azeredo ao governo de Minas, no chamado mensalão mineiro. Os processos começaram na Justiça de Minas, que os enviou ao Supremo que, por sua vez, devolveu à Justiça mineira.

No dia 28 de setembro de 2012, a juíza da 4.ª Vara Camila Franco Verano proferiu sentença extinguindo a ação com relação aos acusados Kátia Rabello e José Roberto Salgado, presidente e diretor do Rural, respectivamente, e absolvendo os acusados João Heraldo Lima, Luiz Francisco Cardoso Fernandes e Célia Bento Maselli, todos dirigentes da instituição, por falta de provas. O Ministério Público Federal seção Minas Gerais recorreu da decisão.

Uma semana antes, a juíza havia condenado réus no mensalão do PT, que também recorrem. Neste processo, os dirigentes do BMG Márcio Alaor e Flávio Pentagna foram condenados a cinco anos e seis meses de prisão, enquanto o presidente da instituição, Ricardo Annes Guimarães, pegou sete anos de prisão.

Existem dois processos ativos no Tribunal de Justiça de Minas Gerais, nos quais o banco Rural processa Marcos Valério Fernandes de Souza e seu sócio Cristiano de Melo Paz.

Os processos tramitam em segunda instância após recursos de Marcos Valério e Cristiano Paz. Neles, o banco Rural cobra dívida de R\$ 50 milhões de empréstimos contratados por meio de Valério. O BMG ajuizou ação semelhante em 2006, mas houve acordo entre as partes e o processo foi arquivado.

# Juiz corta transmissão de júri após bate-boca

12 MAR 2013

Análise: Luiz Flávio Gomes

## O primeiro dia foi favorável à acusação

**M**izael Bispo de Souza seria um desequilibrado, possessivo, quase um psicopata, que teria matado sua ex-namorada Mércia por ciúmes?

Ou seria um inocente, preso há um ano, por um erro judicial? Teria cometido um crime passional? Ou Mércia Nakashima teria sido morta em razão de causas profissionais?

Seguramente o leitor, que está acompanhando ao vivo o julgamento, já começou a formar seu convencimento. O primeiro dia foi favorável à acusação, porque somente foram ouvidas testemunhas indicadas pela acusação. As testemunhas de defesa serão ouvidas depois.

Não há confissão do réu, logo, a acusação está pedindo a sua condenação, no Tribunal do Júri de Guarulhos, com base em indícios. Quais? Relacionamento conturbado com Mércia, ele teria sido visto entrando no carro dela, incriminações de Evandro (que foram contraditórias), depoimento do delegado de polícia que presidiu a investigação, o cruzamento dos dados telefônicos, as diversas ligações entre Mizael e Evandro no dia do crime etc.

A prova técnica telefônica comprova que o réu usou seu celular longe do seu veículo. O réu disse que ficou no carro com uma garota de programa. Esse foi seu alibi que deve ser provado, para convencer os jurados.

O destaque, no entanto, no primeiro dia do julgamento, reside no encontro no sapato do acusado de fragmentos de uma alga subaquática, de água doce, com as características da represa de Nazaré Paulista, onde o carro e o corpo da vítima foram encontrados.

Julgamento do Tribunal do Júri é como um tabuleiro de xadrez: cada peça tem sua relevância. Favorecimento à acusação no primeiro dia não significa necessariamente condenação penal.

Discussão no julgamento de Mizael envolveu defensor e irmão de Mércia Nakashima

O júri do ex-PM Mizael Bispo de Souza, acusado de matar a ex-namorada Mércia Nakashima, em maio de 2010, teve briga, choro e até imagens censuradas: diante das câmeras em uma sala do Fórum de Guarulhos, na Grande São Paulo. Como em um reality show, no primeiro tribunal do júri transmitido ao vivo no País, coube ao juiz dirigir câmeras – e cortar a imagem, quando achou necessário. Entre os depoimentos, destacou-se o irmão de Mércia, Márcio, que buscou defender a “honra” da irmã.

Apesar do clima de “big brother”, nem tudo atravessou as paredes do tribunal. Uma testemunha pediu para não ter a imagem divulgada e outra não quis nem que sua voz aparecesse. Em outro momento, após um bate-boca entre o irmão da vítima e primeira testemunha do dia, Márcio Nakashima, e um dos advogados de Mizael, Ivon Ribeiro, as imagens deixaram de ser divulgadas por determinação do juiz Leandro Bittencourt Cano.

Os três advogados de defesa, no caso, adotaram posturas diferentes em sua estratégia para tentar desconstruir a tese do irmão da vítima, que aponta Souza como autor do crime. Samir Haddad Júnior tentou demonstrar simpatia, Wagner Aparecido Garcia fez questionamentos técnicos, e Ribeiro foi mais incisivo, explorando contradições.

Três testemunhas de acusação prestaram depoimento ontem, mas sem a presença do réu. Hoje, devem ser ouvidas outras duas: o delegado Antonio Assunção de Olim, que comandou as investigações, e o advogado Arles Gonçalves Junior, que acompanhou os depoimentos do vigia Evandro Bezerra da Silva, apontado como cúmplice, que diz ter sido torturado para confessar.

**O irmão.** Durante as quatro horas de depoimento, Márcio Nakashima chorou por nove vezes, como quando foi obrigado a lembrar do último dia em que viu a irmã com vida e ao descrever o perfil dela. Já a defesa buscou desestabilizá-lo emocionalmente para realçar as contradições para o júri – formado por cinco mulheres e dois homens.

Segunda testemunha do dia, o biólogo Carlos Eduardo de Matos Bicudo reafirmou que a alga presente em uma lâmina entregue a ele, retirada do sapato de Souza, é encontrada na represa de Nazaré Paulista, onde o carro com o corpo de Mércia foi jogado. Já o engenheiro Eduardo Amato Tolezani (Poli-USP) fez uma explanação técnica, sobre por onde Mizael passou com seu carro e celular no dia do crime.

12 MAR 2013

# O ESTADO DE S. PAULO

## Ex-chefe de UTI em Curitiba e outros 7 são denunciados

MPE acusa Virgínia de Souza de homicídio duplamente qualificado e formação de quadrilha; ela nega as acusações

O Ministério Público do Paraná (MP-PR) denunciou criminalmente ontem à Justiça a médica Virgínia Soares de Souza, ex-chefe da Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital Evangélico de Curitiba (PR), por homicídio qualificado (motivo torpe e sem chance de defesa das vítimas) e formação de quadrilha. A médica é acusada de apressar mortes de ao menos sete pacientes na UTI desde 2006. A Justiça terá cinco dias para se pronunciar.

Mais sete pessoas – quatro médicos, uma enfermeira e um fisioterapeuta – foram denunciados pelas mesmas acusações. Todos os denunciados negam as acusações.

Segundo o MP, os prontuários analisados por especialistas indicaram a prescrição de remédios, em especial Pavulon – no processo são citados outros medicamentos –, que provocam paralisia muscular e que não deveriam ser ministrados a pacientes naquelas condições. Os medicamentos, segundo essas análises, provocavam morte por asfixia dos pacientes. Segundo a promotora Fernanda Garcez, as ações de Virgínia e dos outros acusados eram “repugnantes”.

De acordo com um trecho da denúncia, os médicos, sob ordens de Virgínia, “prescreviam bloqueadores neuromusculares normalmente empregados em medicina intensiva para otimização de ventilação artificial”. “Ministrados os fármacos, procedia-se o rebaixamento dos parâmetros ventilatórios dos pacientes, então dependentes de ventilação mecânica, fazendo-os morrer por asfixia”, diz a denúncia.

Os prontuários deverão comprovar, na opinião do MP, a materialidade dos crimes. “É um tipo de crime que não deixa vestígios, mas temos todo o modus operandi e isso está descrito”, afirmou a promotora.

Para o advogado que defende Virgínia, Elias Mattar Assad, não há materialidade. “Vamos basear a defesa nessa falta de materialidade e justificar com os atos médicos. Colocaram a médica como ré e as testemunhas dela como quadrilha”, afirmou.

Além das sete mortes que embasaram a denúncia, o MP também pediu a continuidade da investigação sobre outros 21 prontuários de pacientes que morreram na UTI.

Virgínia está presa desde 19 de fevereiro.

12 MAR 2013

# TRIBUNA DO PARANÁ

## Evangélico

Ministério Público oferece denúncia contra suspeitos de mortes no hospital. Enquanto promotoria elogia robustez de provas, defesa de médica Virgínia Soares alega falta delas

# Caso na Justiça

Magaléa Mazziotti

O Ministério Público do Paraná (MP-PR) ajuizou ontem denúncia contra oito, dos nove acusados de envolvimento em sete mortes na UTI do Hospital Evangélico. A Promotoria de Justiça de Proteção à Saúde Pública de Curitiba afirmou que a decisão foi baseada em provas “bastante fortes” produzidas de posse de elementos técnicos e das boas práticas preconizadas pela Associação Brasileira de Medicina Intensiva (Amib).

Dentre as ações que foram na contramão das boas práticas médicas durante o período das mortes, a promotoria citou a combinação de bloqueadores neuromusculares com o nível de sedação aplicado em pacientes da UTI, o que levaria “ao rebaixamento nos parâmetros ventilatórios (respiratório) dos pacientes-vítimas então dependentes de ventilação mecânica, fazendo-os morrer por asfixia”.

A promotora Fernanda Nagl Garcez explicou que os medicamentos Pavulon (pancurônio) ou Tacrium (dibesilato de atracurium) teriam um princípio ativo semelhante ao veneno curare usado em flechas dos índios. “Assim como na flechada, onde o curare provoca paralisação da musculatura e a pessoa morre por asfixia, a mudança abrupta na sedação, realizada por enfermeiros, também mata por



Fernanda: “provas técnicas”.

asfixia. Outro erro, as boas práticas médicas mostram que apenas o fisioterapeuta pode fazer isso”, argumentou a promotora. Sobre a motivação dos crimes, o MP-PR ainda requer mais informações. “Ainda não conseguimos dados consistentes sobre uma motivação financeira. O que se constatou até agora foi a intenção de fazer girar a UTI, ou seja, desentulhar. Mas a questão é desentulhar para quem”, indagou o procurador de Justiça, Marco Antonio Teixeira. Nesse sentido, há uma sindicância da Secretaria Municipal da Saúde avaliando como se dava a remuneração dos oitos profissionais. O procu-



Elias: “corporativismo barato”.

rador também enalteceu a lisura e correção no trabalho de investigação da delegada titular do núcleo de Repressão aos Crimes Contra a Saúde (Nucrisa), Paula Brisola.

O advogado Elias Mattar Assad, que defende a médica Virgínia Helena Soares de Souza, que chefiava a UTI, repudiou a decisão. “O Ministério Público vai nas mesmas pegadas da polícia, em um corporativismo barato”, apontou. “Mantiveram as pessoas acusadas presas enquanto estão buscando provas”, acrescentou o advogado, referindo-se ainda ao MP-PR.

**CONTINUA**

12 MAR 2013

## TRIBUNA DO PARANÁ

CONTINUAÇÃO

### Dos nove investigados, oito são denunciados

O Ministério Público (MP) denunciou, por homicídio duplamente qualificado e formação de quadrilha os médicos Virgínia Helena Soares de Souza (7 homicídios), Anderson de Freitas (2), Edison Anselmo da Silva Junior (1) e Maria Israela Cortez Boccato (1) e os enfermeiros Laís da Rosa Groff (1) e Patrícia Cristina de Goveia Ribeiro (1). Já a fisioterapeuta Carmencita Emília Minozzo e o enfermeiro Claudinei Machado Nunes foram denunciados apenas por formação de quadrilha. Este último foi uma dos profissionais que veio a público defender a médica Virgínia.

A médica Krissia Kamile Singer, que prestou depoimento e foi indiciada pela polícia, não foi denunciada pelo MP. "Isso não significa que requeremos o arquivamento das informações ou que ela não tenha praticado crime algum", destacou a promotora.

Das setes mortes investigadas, três são do dia 28 de janeiro deste ano, uma do dia 2 de fevereiro de 2012 e uma do dia 3 de março ao ano passado. Há mais duas mortes registradas em maio de 2011, dias 8 e 13. Se condenados, a Justiça prevê pena de 12 a 30 anos para cada homicídio e de um a três anos por formação de quadrilha. Em cinco dias, a denúncia do MP deve ser distribuída para umas das duas varas do Tribunal do Júri.

12 MAR 2013

## TRIBUNA DO PARANÁ

### tribuninhas

#### Barbosa diz que bancos são tolerantes com lavagem de dinheiro

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, afirmou ontem que os bancos são lenientes no controle de operações suspeitas de lavagem de dinheiro. "De fato, enquanto instituições financeiras não visualizarem a possibilidade de serem punidas por servir de meio para ocultar valores sob sua responsabilidade, existirá a busca do lucro, visto como combustível sobre o controle leniente que os bancos fazem da abertura de contas e transferências", disse, ao discursar na abertura de um seminário, em Brasília, sobre lavagem.

Barbosa é o relator do processo julgado pelo STF no segundo semestre de 2012 que resultou na condenação de 25 acusados de envolvimento com o mensalão, 21 deles por lavagem de dinheiro. Entre os condenados, estão ex-dirigentes do Banco Rural. Também presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ele afirmou que a ocultação de valores tem de ser "veementemente" reprimida. "O número de inquéritos arquivados, quando comparado ao número de denúncias aceitas, indica que é necessária apuração para saber se as discrepâncias estão na deficiência da investigação ou no trabalho executado pelo Ministério Público", declarou.

# Ministério Público do PR denuncia OITO POR MORTES NA UTI GERAL

Acusação é por homicídio duplamente qualificado e formação de quadrilha.  
Defesa de médica presa fala em método nazista de investigação

O Ministério Público do Estado do Paraná (MP-PR) protocolou, no início da tarde de ontem, denúncia contra a médica Virgínia Soares de Souza, presa desde o dia 19 de fevereiro. Ela foi acusada de apressar a morte de sete pacientes em uma das Unidades de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital Evangélico de Curitiba, para liberar leitos.

A médica foi acusada por sete homicídios duplamente qualificados (motivo torpe e por uso de meios que dificultaram a defesa do paciente) e por formação de quadrilha. Outras sete pessoas também foram denunciadas pelo MP: os médicos Anderson de Freitas (dois homicídios duplamente qualificados e formação de quadrilha), Edison Anselmo da Silva Junior e Maria Israela Cortez Bocato (um homicídio duplamente qualificado e formação de quadrilha); as enfermeiras Laís da Rosa Groff e Patrícia Cristina de Goveia Ribeiro (um homicídio duplamente qualificado e formação de quadrilha); e a fisioterapeuta Carmencita Emília Minozzo e o enfermeiro Claudinei Machado Nunes (formação de quadrilha).

A Justiça terá mais cinco dias para se pronunciar sobre o processo. Além dos sete pacientes, o MP também pediu a

continuidade da investigação sobre outros 21 prontuários de supostas vítimas. “Do que foi possível levantar, chegamos à conclusão de que existia uma verdadeira quadrilha, no sentido de matar pacientes ali internados”, informou à Agência Estado a promotora de Justiça Fernanda Nagl Garcez, uma das autoras da denúncia.

O MP entendeu que, seguindo as orientações de Virgínia, os médicos denunciados prescrevi-

do há paralisia dos músculos no pulmão, para os aparelhos (de ventilação mecânica) funcionarem”, afirmou Fernanda. Segundo a promotora, no entanto, a aplicação dos remédios requereria que a ventilação mecânica fosse intensificada, mas os denunciados procederiam diminuindo os padrões dos mesmos. “Em quase todos (os casos) não havia uma indicação terapêutica nos prontuários para que (o paciente) recebesse o Pavulon. Ele precisaria da otimização do respirador, mas os parâmetros eram reduzidos”, continua a promotora.

A denúncia teve como base o inquérito policial feito pelo Núcleo de Repressão aos Crimes Contra Saúde (Nucrisa), e levou em conta testemunhos de dezenas de pessoas ouvidas na investigação, interceptação telefônica decretada pelo Juízo da Vara de Inquéritos Policial de Curitiba e prontuários médicos.

**Evangélico isento** — A Promotoria de Justiça de Proteção à Saúde Pública e o Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Proteção à Saúde Pública do MP-PR, reafirmam que a denúncia refere-se apenas a alguns fatos e profissionais que atuaram na UTI Geral do Hospital. Isentaram totalmente o Hospital como um todo da denúncia, reafirmando a importância do Evangélico para Curitiba e o Estado.

**MP-PR isentou o Evangélico da denúncia, reafirmando a importância do hospital para Curitiba e o Estado**

am medicamentos bloqueadores neuromusculares, empregados usualmente para otimização de ventilação artificial. Em seguida, os enfermeiros, “ou às vezes os próprios médicos denunciados”, rebaixavam os parâmetros ventilatórios dos pacientes, que estavam dependentes de ventilação mecânica, causando morte por asfixia.

“O que conseguimos compreender é que essas pessoas receberam um medicamento (Pavulon), que é um bloqueador muscular necessário quan-

12 MAR 2013

# JORNAL DO ESTADO

## CONTINUAÇÃO

### Defesa alega provas insuficientes

A defesa da médica Virgínia Soares de Souza alega que as investigações contêm uma série de falhas. Para o advogado Elias Mattar Assad, a principal delas é a falta de materialidade ao inquérito. “Não provaram o essencial: a existência de fato criminoso e sua materialidade”, disse ainda na quinta-feira.

Ontem, Assad também falou para a imprensa logo após o MP-PR ajuizar denúncia contra sua cliente e mais sete profissionais que trabalhavam com ela na UTI Geral do

Evangélico. Assad disse que lastimava a denúncia. Principalmente porque as possíveis testemunhas de Virgínia foram arroladas como cúmplices. “Isto é método nazista. Não é assim que se acusa uma pessoa”, desabafou Assad. Para ele, o Ministério Público foi corporativista com o inquérito da Polícia Civil.

No domingo, em entrevista ao programa Fantástico, da Rede Globo, Virgínia negou as acusações. “Nunca fui negligente. Nada mais fiz do que exercer, com respeito aos paci-

entes, a medicina extensiva”, disse. Virgínia afirmou que as testemunhas que a delataram não conhecem a rotina médica e sugeriu que é vítima de vingança de funcionários que foram demitidos.

A defesa também aguarda o julgamento de um pedido de habeas corpus feito ao Tribunal de Justiça do Paraná na semana passada. Virgínia está presa desde o dia 16 de fevereiro. No fim de semana ela foi transferida da Penitenciária Femina em Piraquara para uma cela especial.

### Promotoria explica a acusação

Os homicídios foram considerados pela Promotoria como “duplamente qualificados”. A primeira qualificadora por terem motivo torpe, uma vez que os profissionais se reconheceriam “como possuidores do poder de decretar o momento da morte da vítima, contra a vontade do paciente e de seus familiares e em total desconformidade com a lei”.

Também foi considerado

como qualificadora o uso de meios que dificultaram a defesa do paciente, “pois antes de lhe sonegar o suporte ventilatório indispensável, ocultando a intenção hostil, aplicaram o “Pavulon” para paralisar os músculos respiratórios do paciente, deixando a vítima sem condições de recusar o procedimento indevido que lhe foi imposto, subtraindo qualquer chance de resposta fisiológica de reação do or-

ganismo da vítima e sem conseguir exigir tratamento médico adequado, pelo estado de inconsciência e de paralisia muscular e em razão de estar internada em setor médico sem a presença contínua de seus familiares”.

A Promotoria acusa os denunciados de violação aos deveres inerentes às suas respectivas profissões de médicos, enfermeiros e fisioterapeutas no exercício de seus ofícios.

### Nucrisa entrega mais documentos

A delegada Paula Brisola, titular do Núcleo de Repressão aos Crimes contra a Saúde (Nucrisa), entregou ontem, ao Ministério Público Estadual novos documentos relativos ao inquérito envolvendo as mortes de pessoas ocorridas na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital Evangélico. O inquérito já havia sido

entregue na segunda-feira da semana passada, mas durante toda a última semana, os policiais do Nucrisa seguiram fazendo diligências. Esses anexos foram entregues ao MP.

O inquérito entregue pelo Nucrisa na semana passada já tinha quase mil páginas, dezenas de horas de gravação interceptadas e prontuários mé-

dicos. A denúncia compreende, pelo menos, entre janeiro de 2006 e 19 de fevereiro de 2013. Segundo o Núcleo, as investigações começaram há cerca de um ano, depois de uma denúncia. De lá para cá, o Nucrisa conseguiu a interceptação telefônica dos suspeitos, e já colheu mais de uma centena de depoimentos.

12 MAR 2013

## JORNAL DO ÔNIBUS

# Oito pessoas são indiciadas no Caso Evangélico

### MP aceitou a denúncia e ajuizou acusação por homicídio

O Ministério Público do Paraná, por meio da Promotoria de Justiça de Proteção à Saúde Pública de Curitiba, ajuizou nesta segunda-feira (11) denúncia sobre os crimes ocorridos na Unidade de Terapia Intensiva Geral do Hospital Evangélico, entre janeiro de 2006 e fevereiro de 2013.

A denúncia teve como base o inquérito policial feito pelo Núcleo de Repressão aos Crimes Contra Saúde (NUCRISA), e levou em conta testemunhos de dezenas de pessoas ouvidas na investigação, interceptação telefônica decretada pelo Juízo da Vara de Inquéritos Policiais de Curitiba e prontuários médicos.

Foram denunciadas oito pessoas: a médica Virgínia Helena Soares de Souza, acusada de sete homicídios duplamente qualificados e formação de quadrilha; o médico Anderson de Freitas, por dois homicídios duplamente qualificados e formação de quadrilha; os médicos Edison Anselmo da Silva Junior e Maria Israela Cortez Boccato, cada qual por um homicídio duplamente qualificado e formação de quadrilha; as enfermeiras Laís da Rosa Groff e Patrícia Cristina de Goveia Ribeiro, cada qual por um homicídio

duplamente qualificado e formação de quadrilha; e a fisioterapeuta Carmemita Emília Minozzo e o enfermeiro Claudinei Machado Nunes, por formação de quadrilha.

De acordo com a denúncia, no período compreendido, pelo menos, entre janeiro de 2006 e 19 de fevereiro de 2013, os profissionais denunciados, sob a liderança da médica Virgínia Helena Soares de Souza, teriam se associado em quadrilha, cada qual a partir do momento em que passaram a trabalhar na UTI Geral do Hospital Evangélico, “para o fim de cometer homicídios de pacientes internados naquela unidade, mediante uso insidioso e sorrateiro de instrumentos, medicamentos e equipamentos daquela casa hospitalar, na qual trabalhavam no exercício regular de suas profissões de saúde”.

# 12 MAR 2013

## JORNAL DO ÔNIBUS

### Notas políticas

Ato para os TRFs  
Será hoje Ato Público em Defesa da Criação dos Tribunais Regionais Federais da 6ª, 7ª, 8ª e 9ª Regiões, no plenário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados. Na oportunidade, o senador Sérgio Souza (PMDB/PR), coordenador no Senado da Frente Parlamentar de Criação dos TRFs, entregará aos presentes Nota Técnica sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 544/2002. A proposição cria os tribunais no Paraná, Amazonas, Bahia e Minas Gerais.